

# Economia em Debate

## nº 260

(04/06/2018)

***Economia em Debate*** é um instrumento para a reflexão das questões que envolvem a economia brasileira e mundial. Os textos selecionados e aqui publicados, com suas respectivas fontes e autores, não expressam necessariamente a opinião da UGT. Constituem, assim, fontes plurais e imprescindíveis que podem auxiliar na socialização de informações úteis e na compreensão de inúmeros problemas econômicos nacionais e internacionais que afetam toda a sociedade, em especial aos trabalhadores.



**Eduardo Rocha**  
**Economista da União Geral dos Trabalhadores (UGT)**

## **Energia solar gera 13 mil empregos no interior baiano**

**A Tarde Online/UOL - 04/06/2018**

Desde que a Aneel realizou o primeiro leilão para produção de energia solar na Bahia, em 2016, o interesse de pequenos e médios empreendedores pelo setor não para de crescer. Em Salvador, pelo menos 10 empresas que vendem ou alugam placas fotovoltaicas foram criadas nesses três anos.

Maior estado da região mais ensolarada do Brasil, a Bahia ocupa o primeiro lugar em produção de energia solar, que já emprega, segundo o governo do estado, cerca de 13 mil pessoas no interior, vagas criadas após investimentos de R\$ 2,2 bilhões. As autoridades contam com mais nove empreendimentos, em um total de R\$ 1 bilhão em investimentos, que gerariam mais sete mil empregos no sertão.

“A Bahia é considerada o estado de maior potencial solar do país devido à sua grande extensão territorial e ao alto índice de radiação solar, superior a 6,5 kWh/m<sup>2</sup>”, afirma Alex Álisson, coordenador do Programa de Pós-graduação em Modelagem Computacional e Tecnologia Industrial.

Enquanto essa onda de placas fotovoltaicas espalhadas por Bom Jesus da Lapa, Tabocas do Brejo Velho e outros municípios traz esperança de atração de indústrias ao semiárido, em Salvador jovens empreendedores apostam cada vez mais na venda e aluguel de pequenas placas fotovoltaicas para residências, comércio e pequenas indústrias. Um movimento que começou logo que saíram os primeiros leilões de energia solar.

O engenheiro civil baiano Lucas Daltro trabalhava para uma multinacional no Maranhão quando aconteceu o primeiro leilão. A vontade de voltar para casa depois de sete anos fora e a oportunidade que se abria no mercado de energias renováveis o levaram a criar a Azulare Engenharia, que vende e aluga placas fotovoltaicas.

“Eu queria um negócio que unisse possibilidade de desenvolvimento financeiro com sustentabilidade”, explica Daltro, que vê no setor uma das atividades econômicas mais promissoras do país, com a vantagem de agredir pouco o meio ambiente.

### **Atlas Solar da Bahia**

A aposta no setor é tamanha que no dia 17 de maio, durante a Campus Party Bahia, na Arena Fonte Nova, o governo lançou a Atlas Solar da Bahia, um guia sobre as possibilidades de investimento. Mas, assim como todo negócio, o investimento demanda cautela.

O gerente de tecnologia e inovação do Senai-Cimatec, Flávio Marinho, afirma que quem quer começar deve conhecer profundamente a cadeia produtiva relacionada à geração solar. “É preciso observar o que já vem sendo feito em

outros países, que já fizeram este caminho e possuem cadeias robustas para explorar esta nova matriz energética”, declara.

Marinho também chama a atenção para a importância da inovação. “Observar o que pode ser feito de formas melhores e encontrar rupturas nos modelos tradicionais de produção e distribuição podem ser alternativas para se pensar em novos negócios”, diz.

Foi justamente o que fez João Albernaz Neto, um dos sócios da Gauss Energia. Depois de um período vivendo na Irlanda e na Alemanha, ele percebeu que a experiência no exterior foi inspiradora. “Todos nós (os quatro sócios) moramos na Europa e vimos coisas que queríamos implantar na Bahia”, diz Neto.

A Gauss já realizou mais de 30 projetos de instalação de placas fotovoltaicas em Salvador, Camaçari, Irecê, Nova Soure e outras cidades. O nome da empresa homenageia o cientista alemão Carl Friederich Gauss (1777-1855).

Depois de investir em um programa de sustentabilidade para os lançamentos da Construtora Civil e lançar projetos em conjunto com a Construtora Barcino Esteves, o empresário Rafael Valente uniu-se aos sócios para um novo empreendimento: a Civil Eco. “A empresa é voltada para o negócio da geração de energia solar e também projetos inovadores. Temos um foco nas startups”, diz Vinícius Mariano, um dos sócios.

O cenário parece animador. Em artigo publicado pelo site da revista Forbes no último mês de abril, o analista britânico Garauv Sharma aponta que pela primeira vez os custos de produção da energia renovável são menores do que os da energia de combustíveis fósseis (petróleo, nuclear). E o Brasil, segundo a mesma revista, é um dos países que mais devem se beneficiar da energia solar, tanto em geração de kWh quanto em criação de empregos no setor. Melhor para a Bahia, líder na produção.

## **Parente rejeita mudança nos preços e pede demissão** **Paranoá Energia - 04/06/2018**

O presidente da Petrobras, Pedro Parente, entregou sua carta de demissão ao presidente Michel Temer durante reunião no final da manhã desta sexta-feira, dia 1º.06, no Palácio do Planalto. Na carta, o agora ex-presidente da Petrobras afirmou que a greve dos caminhoneiros desencadeou “intenso” e “emocional” debate e colocou a política de preços da estatal sob “intenso questionamento”. “Diante desse quadro, minha permanência na Petrobras deixou de ser positiva”, declarou.

Veja a íntegra da carta:

“Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Quando Vossa Excelência me estendeu o honroso convite para ser presidente da Petrobras, conversamos longamente sobre a minha visão de como poderia trabalhar para recuperar a empresa, que passava por graves dificuldades, sem aportes de capital do Tesouro, que na ocasião se mencionava ser indispensável e da ordem de dezenas de bilhões de reais. Vossa Excelência concordou inteiramente com a minha visão e me concedeu a autonomia necessária para levar a cabo tão difícil missão.

Durante o período em que fui presidente da empresa, contei com o pleno apoio de seu Conselho. A trajetória da Petrobras nesse período foi acompanhada de perto pela imprensa, pela opinião pública, e por seus investidores e acionistas. Os resultados obtidos revelam o acerto do conjunto das medidas que adotamos, que vão muito além da política de preços.

Faço um julgamento sereno de meu desempenho, e me sinto autorizado a dizer que o que prometi, foi entregue, graças ao trabalho abnegado de um time de executivos, gerentes e o apoio de uma grande parte da força de trabalho da empresa, sempre, repito, com o decidido apoio de seu Conselho.

A Petrobras é hoje uma empresa com reputação recuperada, indicadores de segurança em linha com as melhores empresas do setor, resultados financeiros muito positivos, como demonstrado pelo último resultado divulgado, dívida em franca trajetória de redução e um planejamento estratégico que tem se mostrado capaz de fazer a empresa investir de forma responsável e duradoura, gerando empregos e riqueza para o nosso país. E isso tudo sem qualquer aporte de capital do Tesouro Nacional, conforme nossa conversa inicial. Me parece, assim, que as bases de uma trajetória virtuosa para a Petrobras estão lançadas.

A greve dos caminhoneiros e suas graves consequências para a vida do País desencadearam um intenso e por vezes emocional debate sobre as origens dessa crise e colocaram a política de preços da Petrobras sob intenso questionamento. Poucos conseguem enxergar que ela reflete choques que alcançaram a economia global, com seus efeitos no País. Movimentos na cotação do petróleo e do câmbio elevaram os preços dos derivados, magnificaram as distorções de tributação no setor e levaram o governo a buscar alternativas para a solução da greve, definindo-se pela concessão de subvenção ao consumidor de diesel

Tenho refletido muito sobre tudo o que aconteceu. Está claro, Sr Presidente, que novas discussões serão necessárias. E, diante deste quadro fica claro que a minha permanência na presidência da Petrobras deixou de ser positiva e de contribuir para a construção das alternativas que o governo tem pela frente. Sempre procurei demonstrar, em minha trajetória na vida pública que, acima de tudo, meu compromisso é com o bem público. Não tenho qualquer apego a cargos ou posições e não serei um empecilho para que essas alternativas sejam discutidas.

Sendo assim, por meio desta carta, apresento meu pedido de demissão do cargo de Presidente da Petrobras, em caráter irrevogável e irretratável. Coloco-me à disposição para fazer a transição pelo período necessário para aquele que vier a me substituir.

Vossa Excelência tem sido impecável na visão de gestão profissional da Petrobras. Permita-me, Sr. Presidente, registrar a minha sugestão de que, para continuar com essa histórica contribuição para a empresa – que foi nesse período gerida sem qualquer interferência política – Vossa Excelência se apoie nas regras corporativas, que tanto foram aperfeiçoadas nesses dois anos, e na contribuição do Conselho de Administração para a escolha do novo presidente da Petrobras.

A poucos brasileiros foi dada a honra de presidir a Petrobras. Tenho plena consciência disso e sou muito grato a que, por um período de dois anos, essa honra única me tenha sido conferida por Vossa Excelência.

Quero finalmente registrar o meu agradecimento ao Conselho de Administração, meus colegas da Diretoria Executiva, minha equipe de apoio direto, os demais gestores da empresa e toda força de trabalho que fazem a Petrobras ser a grande empresa que é, orgulho de todos os brasileiros.

Respeitosamente,

Pedro Parente”

## **Total de pobres pode crescer em 35 milhões** **DCI - 04/06/2018**

O número de pobres no Brasil pode chegar a 100 milhões em 2030, atingindo, assim, 43% da população total estimada para o período (230 milhões). Esse cenário representaria um aumento de 35,2 milhões de habitantes recebendo até meio salário mínimo por mês, ante 2017.

No ano passado, 64,8 milhões de brasileiros estavam sob essa condição (31% do total dos habitantes), enquanto em 2014, no início da recessão econômica, esse número era de 51,2 milhões (25% da população). O cálculo foi feito pelo professor de economia Luciano D’Agostini, do Instituto Federal do Amazonas (IFA), com base na Síntese de Indicadores Sociais (SIS) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

D’Agostini explica que a estimativa leva em conta combinações da dinâmica da demografia brasileira (como o crescimento populacional total e o avanço dos idosos) e decisões de política econômica como a implementação do teto para o crescimento das despesas públicas, que, na avaliação de D’Agostini, tende a diminuir o investimento per capita em educação, e a flexibilização das leis do trabalho. “A recente fixação do teto dos gastos públicos terá como consequência a redução do investimento público per capita em educação e programas sociais, ou seja, a razão investimento público por unidade de

habitante cairá fortemente, excluindo socialmente milhares de habitantes”, analisa D’Agostini.

No nível federal, os investimentos públicos em educação caíram 67% em cinco anos, para R\$ 4,572 bilhões no acumulado de 12 meses até abril de 2018, ante igual período de 2013, quando os recursos alocados na área foram de R\$ 14 bilhões, mostra a Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Os investimentos, por não fazerem parte das despesas obrigatórias do governo, acabam sendo mais facilmente cortados em períodos de ajuste fiscal, como vem ocorrendo desde o ano de 2014.

Para D’Agostini, o baixo nível de escolaridade da população, portanto, tende a diminuir a produtividade do trabalho e a complexidade tecnológica do País. Outro fator que, para ele, deve estimular a expansão da pobreza são as mudanças nas regras do trabalho. “Existe em curso a precarização generalizada do mercado de trabalho pela flexibilização recente das leis trabalhistas e perda de milhões de postos de emprego com carteira assinada”, afirma.

#### Sem carteira assinada

Para a professora de economia Marilane Teixeira, da Unicamp, a geração de emprego formal é uma das formas de promover a diminuição da pobreza. Entre os meses de fevereiro, março e abril de 2014 e igual período de 2018, o Brasil perdeu 4 milhões de postos de trabalho com carteira assinada. Para Teixeira, uma recuperação desses postos de trabalho depende de uma expansão dos investimento públicos, principalmente no segmento da construção civil.

Como há um processo de restrição fiscal em curso desde 2015, a economista não vê retomada das vagas com carteira, ao menos no curto prazo.

“A partir do momento em que você estimula o setor de construção civil, por meio de investimentos em obras públicas de infraestrutura, por exemplo, você mobiliza uma série de contratos com outros setores: de ferro, aço, plásticos, dentre outros. Esse processo gera emprego, não só na construção, como em outras áreas, aumentando a renda da população, a demanda, reduzindo o desocupação, a pobreza”, diz a professora.

Na última sexta-feira, o governo federal formalizou o reajuste de 5,67% no valor mensal do Bolsa Família. Segundo o texto, o programa atenderá famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, caracterizadas pela renda familiar mensal per capita de até R\$ 178 e R\$ 89, respectivamente. Hoje, esses valores são de R\$ 170 e R\$ 85, que beneficiam 13,8 milhões de famílias. Já famílias de extrema pobreza que tenham gestantes e crianças de até 12 anos ou adolescentes até 15 anos receberão um benefício variável mensal de R\$ 41 por beneficiário até o limite de R\$ 205 por família.

## **Balança comercial do mês de maio é afetada pela greve dos caminhoneiros**

**DCI - 04/06/2018**

A greve dos caminhoneiros teve grande impacto nos resultados da balança comercial brasileira. Nas duas últimas semanas de maio – dos dias 21 a 31 – o volume médio diário das exportações recuou 36%.

Segundo os dados divulgados na última sexta-feira (01) pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic), na terceira semana de maio (dias 14 a 20), o valor exportado era em média de R\$ 1,047 bilhão. Na quarta semana (21 a 27 de maio), com o início da greve, o valor ficou em R\$ 699 milhões, apresentando uma queda de 33,23%. Na quinta semana (28 a 31 de maio), ficou em R\$ 642 milhões, recuo de 38,68%.

Já o superávit comercial caiu de R\$ 1,128 bilhão registrados na primeira semana do mês para US\$ 745 milhões na quarta, e na quinta somou US\$ 548 milhões. Os dois últimos resultados abaixo de US\$ 1 bilhão indicam impacto da greve dos caminhoneiros na balança do País.

Segundo a coordenadora dos Cursos de Graduação em Administração, Processos Gerenciais e Gestão Financeira da Faculdade Fipecafi, Luciana Machado, a paralisação afetou principalmente a exportação de produtos manufaturados, que apresentaram queda de 17,3% em comparação com o mês de abril.

“Vários produtos não chegaram aos portos, fazendo com que as transportadoras ficassem com estoques lotados. Enquanto outros produtos, como commodities, poderiam ter suas entregas remar cadas, os produtos manufaturados sofreram maior impacto, pois ao não embarcarem no prazo geravam cancelamentos”, explica.

Para o professor de economia Ulisses Ruiz de Gamboa, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, além da greve, a queda nas exportações ainda foi acentuada pela crise cambial enfrentada pela Argentina. Segundo os dados do Mdic, a exportação para o país decresceu 15,4%, puxada principalmente pela venda de automóveis de passageiros e veículos de carga. “A Argentina é o maior comprador de manufaturados do Brasil, e irá demorar a se recuperar após essa mudança cambial”, afirma.

“Além de ser o principal destino do comércio automotivo e manufaturado, as exportações para a Argentina ainda contam com a dependência do modal rodoviário, transporte então afetado pela greve dos caminhoneiros”, explica o sócio-diretor da Barral M Jorge Consultores Associados e ex-secretário do comércio exterior, Welber Barral.

Segundo os especialistas ouvidos pelo DCI, os efeitos da greve dos caminhoneiros ainda deverão ser sentidos nos números da balança comercial

do mês de junho. Além disso, o cenário internacional deverá ter grande influência nos resultados dos próximos meses. “Devemos esperar novas oscilações do dólar, o que fará com que as importações continuem enfraquecidas. Somado a isso temos o cenário de incerteza com os desdobramentos da crise econômica e do resultado das eleições no País”, comenta Luciana Machado.

“Com o crescimento do comércio mundial e suas implicações e a redução do Reintegra [programa que devolve parte dos tributos pagos pelos exportadores e que foi cortado pelo governo para bancar parte da conta da redução de impostos sobre o diesel] é provável que o Brasil deva repetir os resultados do ano passado”, indica Welber Barral.

“A economia mundial continua crescendo, mas com muitas incertezas, como a guerra comercial do presidente americano Donald Trump e o atual preço do petróleo, que podem afetar o comércio. Apesar disso, a expectativa é de crescimento nas exportações e de uma recuperação das importações no longo prazo”, diz Ulisses Ruiz de Gamboa.

#### Principais resultados

De acordo com as informações do Mdic, a balança comercial brasileira teve um superávit de US\$ 5,981 bilhões em maio. O saldo comercial é resultado de exportações de US\$ 19,241 bilhões (crescimento de 1,9% pela média diária) e de importações de US\$ 13,260 bilhões (aumento de 14,5% também pela média diária).

No acumulado de janeiro a maio, o superávit comercial somou US\$ 26,155 bilhões, valor 9,9% inferior em comparação ao mesmo período de 2017 (US\$ 29,026 bilhões).

No ano, o superávit soma US\$ 26,155 bilhões. A previsão do governo federal para 2018 é que o saldo da balança comercial brasileira alcance um valor acima de US\$ 50 bilhões.

## **Importação de bens de capital alcança alta de 10,8% em 2018**

**DCI - 04/06/2018**

As importações paulistas de bens de capital totalizaram US\$ 6,054 bilhões entre janeiro e abril deste ano, um avanço de 10,82% na comparação com igual período de 2017. Os dados são do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

Entretanto, especialistas consultados pelo DCI afirmam que esse aumento precisará ser muito maior para compensar o tamanho das perdas registradas durante os anos de crise econômica.



“Esse é apenas o começo do processo de recuperação das compras de máquinas e equipamentos”, diz Antônio Carlos Alves dos Santos, professor de economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

De acordo com ele, esse avanço das aquisições visa apenas manter os níveis atuais de produção. “Não se trata de um investimento para ampliar a capacidade instalada”. Isso porque o elevado patamar de incerteza nos cenários interno e externo impossibilita aportes mais expressivos pelos importadores, afirma o entrevistado.

A insegurança interna está relacionada principalmente às eleições deste ano, afirma Santos. “Os empresários estão esperando para ver se o novo presidente vai ter uma linha favorável ao mercado internacional ou protecionista.”

O futuro das contas públicas no Brasil também traz instabilidade para o planejamento empresarial. “A trajetória da relação dívida/PIB indica que a situação do País deve continuar complicada nos próximos anos”, afirma Victor Gomes, professor de economia da Universidade de Brasília (UNB).

Já as dúvidas no cenário internacional passam pelo futuro dos juros nos Estados Unidos, diz ele. “Se o mercado de trabalho americano continuar melhorando, o Fed [banco central dos EUA] elevará mais os juros, causando uma fuga de capital do Brasil ou um aumento da Selic”. Esta última hipótese, segue Gomes, enfraqueceria o setor produtivo, que ainda não teve tempo para aproveitar a flexibilização monetária no Brasil.

O entrevistado também ressalta o fortalecimento do dólar frente às moedas emergentes. “O real subiu bastante nesse ano, o que prejudica as importações, mas a situação brasileira ainda é mais tranquila que a da Argentina e a da Turquia”, compara Gomes.

#### Compras crescendo

As importações paulistas de outros tipos de produtos também avançaram no primeiro quadrimestre deste ano.

As aquisições de bens de consumo somaram US\$ 3,059 bilhões, uma alta de 15,9% em relação aos quatro meses do ano passado. O destaque ficou com bens de consumo duráveis, que totalizaram US\$ 397 milhões, um avanço de 34,7% no confronto com 2017.

Já os gastos com bens intermediários chegaram a US\$ 9,077 bilhões, um crescimento de 17,7%. As principais altas ficaram com bens diversos (23,7%, para US\$ 10,8 milhões) e insumos industriais (21,1%, para US\$ 6,714 bilhões).

A compra de combustíveis e lubrificantes disparou 48,2% entre janeiro e abril, chegando a US\$ 1,253 bilhão. Puxado pelo preço internacional do petróleo, o óleo diesel teve destaque, com uma alta de 56,5%, para US\$ 546 milhões.

Itens mais comprados

A lista de produtos mais comprados pelos paulistas tem o diesel na primeira colocação. Em seguida, aparecem as peças para aparelhos de telefonia, que somaram US\$ 521 milhões, uma queda de 10% frente ao ano passado.

Depois, surgem caixas de marchas (US\$ 305 milhões, alta de 31%), microprocessadores (US\$ 237 milhões, avanço de 8%) e óleos brutos de petróleo (US\$ 212 milhões, crescimento de 251%).

O gasto total do Estado de São Paulo com importações somou US\$ 19,463 bilhões no primeiro quadrimestre, uma alta de 16,5% na comparação com igual período de 2017.

## **Empresários rejeitam reoneração da folha de pagamentos**

**JG&SA Consultoria - 30/05/2018**

A perspectiva de reoneração da folha de pagamentos de diversos setores produtivos da economia, proposta pelo governo federal como forma de compensar o corte de impostos sobre o óleo diesel, gerou reações negativas de entidades empresariais.

Alencar Burti, presidente da Associação Comercial de São Paulo (ACSP) e da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (Facesp), a saída do governo não é a mais feliz.

“Entendemos que é uma solução de emergência, resultado da falta de habilidade do governo de se preparar para a situação atual de crise, que era previsível. Mas a alternativa deveria ser a redução de impostos e o corte de gastos, e não a reoneração da folha num momento em que o mercado de trabalho apresenta tantas dificuldades”, diz Burti

Para o presidente da ACSP, “a reoneração vai prejudicar a contratação de novos empregos e enfraquecer, ainda mais, o ritmo de recuperação da atividade econômica e a confiança do consumidor.”

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) classificou a medida como equívoco. “Esta medida reduzirá a competitividade e aumentará o custo da mão de obra de setores importantes na geração de emprego”, afirma a entidade, em nota.

Ao mesmo tempo, a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) expressou “repúdio” à estratégia do governo de condicionar a aprovação da pauta à solução da greve dos caminhoneiros.

“A medida acarretará perda de competitividade do setor industrial, limitando o já claudicante processo de retomada da atividade econômica e do emprego”, afirma a Abinee.

## ENTENDA A DESONERAÇÃO

Desde 2014, 56 setores da economia tinham desoneração de alguns impostos na folha. O texto aprovado na Câmara prevê que a metade desses setores perderão o benefício logo após a sanção do projeto.

A outra metade manterá a desoneração pelos próximos três anos, só perdendo o benefício a partir de janeiro de 2021.

A proposta aprovada também prevê zerar, até o final deste ano, a PIS-Cofins que incide sobre o óleo diesel.

## SEGMENTOS COM A FOLHA DESONERADA

- Tecnologia da informação (TI), com alíquota de 4,5%;
- Tecnologia da comunicação (TIC), (4,5%);
- Teleatendimento (call center), (3%);
- Projeto de circuitos integrados (4,5%)
- Couro (2,5%);
- Calçados (1,5%);
- Confecção e vestuário (2,5%);
- Empresas Estratégicas de Defesa (2,5%);
- Fabricante de ônibus (1,5%);
- Fabricante de carroceria de ônibus (2,5%);
- Máquinas e equipamentos industriais (2,5%);
- Móveis (2,5%);
- Transporte rodoviário de cargas (1,5%);
- Indústria ferroviária (2,5%);
- Fabricantes de equipamentos médicos e odontológicos (2,5%);
- Fabricantes de compressores (2,5%);

- Companhias de transporte aéreo de carga e de passageiros regular (1,5%);
- Serviços auxiliares ao transporte aéreo de carga e de passageiros regular (1,5%);
- Proteína animal (1%);
- Têxtil (2,5%);
- Empresas editoriais (1,5%);
- Empresas de manutenção de aeronaves (2,5%);
- Empresas de construção e reparação naval (2,5%);
- Comércio varejista de calçados e artigos de viagem (2,5%);
- Empresas de transporte rodoviário, ferroviário e metroviário de passageiros (2%);
- Empresas de construção civil e de obras de infraestrutura (4,5%);
- Empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens (1,5%);
- Produtores de carne suína e avícola e o pescado (1%).

#### QUAIS SERIAM REONERADOS?

- Hoteleiro;
- Comércio varejista (exceto calçados);
- Fabricantes de automóveis, veículos comerciais leves (camionetas, utilitários), tratores e colheitadeiras agrícolas;
- Pedras e rochas comerciais;
- Brinquedos;
- Pneus;
- Vidros
- Tintas;
- Produção de medicamentos;
- Indústrias de pães e massas;

- Transporte marítimo de passageiros e de carga na navegação de cabotagem, interior e de longo curso;
- Navegação de apoio marítimo e de apoio portuário;
- Empresas que realizam operações de carga, descarga e armazenagem de contêineres em portos organizados;
- Transporte ferroviário de cargas;
- Prestação de serviços de infraestrutura aeroportuária.

## **"Greve derrubou PIB e confiança"**

**Correio Braziliense - 04/06/2018**

A recuperação da economia brasileira, que será lenta e gradual, foi afetada significativamente pela greve dos caminhoneiros, avalia o economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale. Nas contas dele, as perdas chegarão a R\$ 39 bilhões se o Produto Interno Bruto (PIB) crescer 1,9% neste ano, mas o prejuízo pode ser ainda maior, de R\$ 66 bilhões, se a geração de riquezas no país registrar a tímida expansão de 1,5%. “A greve terminou, mas deixou essa sensação de terra arrasada na governança do país que deve continuar afetando negativamente as expectativas”, afirma. Ele avalia que Pedro Parente foi apenas um “bode expiatório” dessa crise. O economista ressalta que, com quatro meses para as eleições, o emedebista fará muito pouco e dificilmente conseguirá aprovar as propostas prioritárias, entre elas, a privatização da Eletrobras. O especialista avisa que a prioridade zero do próximo presidente será a reforma da Previdência. “Se vier com essa história de que Previdência não é prioridade, o mercado vai dar a resposta no primeiro dia”, alerta. A seguir, os principais trechos da entrevista de Vale concedida ao Correio.

### **Pedro Parente**

Infelizmente, o Pedro foi um bode expiatório. O significado da sua queda faz parte de uma avaliação maior que aponta que o governo entrou em paralisia em maio do ano passado e a greve foi o ponto culminante. A gestão de Temer estava há muito tempo em dificuldade. A greve terminou, mas deixou essa sensação de terra arrasada na governança do país, que deve continuar afetando negativamente as expectativas.

### **Ivan Monteiro**

Está em linha com o comando anterior da Petrobras, não vejo mudança de rota. Aqui, o problema maior foi como o Pedro caiu. Fica a impressão de que a empresa poderá ser alvo de interferências na governança, como ocorreu tantas vezes no passado. Está nas mãos do novo presidente mostrar que esse não é mais o caso.

### **Impacto da crise**

Ajustei as previsões para o Produto Interno Bruto (PIB) pelas notícias ruins deste trimestre, especialmente, por conta dessa crise de maio e também pelo que pode vir pela frente. O resultado do PIB dos primeiros três meses do ano, apesar de mais favorável, na margem, quando comparado com trimestres anteriores, é preocupante. Os dados mostram uma desaceleração. Existe uma grande possibilidade de o primeiro semestre ser quase inteiramente perdido. O arranque esperado no fim do ano passado está se desvanecendo completamente. A crise atual é diferente da de maio do ano passado, com a delação da JBS. Essa crise é econômica, de fato, porque afeta a atividade. Agora, vamos até o fim do ano com todos os riscos de o governo ser emparedado mais uma vez. Esses riscos estão se acumulando e isso diminui as expectativas, diminui os investimentos e diminui o crescimento. Por isso que é difícil vermos uma retomada este ano. O crescimento vai ser fraco e vai ser muito difícil passar de 2%. É o cenário base, por enquanto. Se o governo continuar sendo nocauteado, vamos ver essa percepção de atividade enfraquecendo ainda mais.

#### PIB em 2018

No começo do ano, a gente estava com uma previsão de crescimento de 3,5%, depois baixamos para 3% e, recentemente, para 2,5%. Pelas minhas contas, por enquanto, o que a gente deixou de ganhar fica em R\$ 39 bilhões se o PIB ficar em 1,9%, que é a nossa nova estimativa por conta da crise atual. Mas, para esse dado se concretizar, a economia precisará crescer muito no segundo semestre, algo em torno de 3% nos três últimos meses do ano. As consequências dessa revisão não se limitam à greve em si, mas também às expectativas de consumo e de investimentos. A esse risco, se junta a eleição, que abre mais espaço para choques abruptos de confiança sobre os candidatos que podem chegar no segundo turno. Se a crise se gravar e o PIB crescer só 1,5% neste ano, a perda na economia poderá chegar a R\$ 66 bilhões. A greve derrubou o PIB e a confiança.

#### Previsões

Está difícil fazer previsões porque têm muitos elementos externos e internos, políticos e econômicos, tudo ao mesmo tempo, que estão jogando contra muito mais do que se imaginava. A reforma da Previdência morreu em maio do ano passado, após a denúncia da JBS. O governo não ia ter mais o que fazer porque acabou se defendendo. E esse cenário de um governo que morreu na economia e na política é o que estamos vendo agora. Talvez melhore se um dia o país conseguir voltar a ter uma estabilidade política melhor, como a que está acontecendo com a Colômbia, desde Álvaro Uribe (2002-2010).

#### Reformas

Exato. Mas isso é ruim e é bom ao mesmo tempo. Vai ser um baita pepino para um presidente que entra logo de cara. O novo governo eleito vai ter a faca e o queijo na mão para fazer o que precisa com a ajuda do Congresso, mas logo de início. O Temer conseguiu governar durante um ano, mas seu governo enfartou em maio do ano passado por conta da denúncia do Joesley (Batista, da JBS). Ficou na UTI até fevereiro (deste ano) e morreu quando enterrou a

reforma da Previdência de vez com a intervenção militar no Rio, que acabou com qualquer possibilidade de reforma constitucional neste ano.

#### Teto de gastos

A regra do teto é em relação aos gastos. A meta fiscal estaria talvez sob risco. Mas o teto do deficit deste ano é de R\$ 159 bilhões, que ainda não está ameaçado. A frustração neste ano virá por conta da receita se o crescimento for mais fraco ainda ao longo do ano. Para compensar essa despesa adicional de R\$ 13,5 bilhões e cumprir a regra do teto, o governo vai ter que cortar despesa, provavelmente, o investimento. Não tem como não fugir disso. Regra do teto, por enquanto, também não está sob risco. Até agora, a arrecadação está indo bem por conta de receitas extraordinárias, principalmente. Mas, daqui para frente, haverá dificuldade. O mercado vai esperar a eleição para investir. Isso pode afetar a expectativa de arrecadação com concessões neste segundo semestre, que podem ser frustradas.

#### Eletrobrás

Esquece. Não sai mais absolutamente nada. Se o governo conseguir aprovar o cadastro positivo, está ótimo. A Copa está para começar, o Congresso fecha a partir das festas juninas e ainda tem eleição. Esquece. Agora é torcer para aprovarem o cadastro em junho e acho que passa sem muita dificuldade, porque é uma reforma importante para reduzir o spread bancário. Não dá para fazer mais do que isso.

#### Cadastro positivo

O cadastro tende a diminuir o spread bancário na média. Ele dá aquela possibilidade de o mercado poder oferecer taxas mais baixas. Hoje, quem tem o controle da informação do indivíduo, se ele é bom pagador ou não, é o banco em que ele tem conta, que tem todo o histórico dele. A partir do momento em que o sistema financeiro inteiro estiver aberto ao cadastro positivo, com a regulamentação das Fintechs, a tendência é que os juros caiam para os bons pagadores. Não vai baixar tudo, mas é o início para o setor reduzir um pouco o spread. A medida é extremamente positiva. Não tem o que defender contra, mas o governo não sabe fazer propaganda e vender para a população coisas que são boas. O marketing do governo é um desastre absoluto.

#### Governo Temer

Não é que está sendo mal-assessorado. Ele tem uma equipe econômica que é boa, mas o governo, como um todo, perdeu a legitimidade com a crise de maio do ano passado. Além das duas denúncias que foram votadas, há uma ameaça de uma terceira em andamento. Agora, com a crise dos caminhoneiros, o governo ficou completamente na lona. Não tem entidade, não tem assessoria política que consiga salvar o governo a esta altura. Infelizmente, ele vai assim, sangrando, até o fim do ano.

#### Comunicação

Com tudo o que está acontecendo, está sobrando argumento para a oposição. Se a economia estivesse melhor, eles não teriam essa facilidade que estão tendo. Se não tivesse acontecido a denúncia de maio lá atrás, o governo

estaria mais forte, teria avançado em um monte de reformas e hoje a economia estaria com um crescimento maior e ele estaria muito mais preparado para lidar com a crise atual. Não estaria com tanto fio desencapado e seria mais fácil desmontar os argumentos do Ciro Gomes e do Jair Bolsonaro.

#### Erro de avaliação

Talvez não se imaginasse que seria uma coisa tão intensa e tão duradoura como foi. De fato, tem uma fragilidade do governo, por questão da legitimidade e por estarmos em um ano eleitoral, eles conseguiram o que queriam. Também temos um presidente da Câmara (Rodrigo Maia) que está contra o presidente e que mudou de lado. Está todo mundo contra o presidente. O governo está fragilizado e não tem liderança, não consegue se contrapor e barrar tudo isso. Ele não teve voz de comando para tentar dissuadir a greve no início.

#### Preços

É pontual, mas não deixa de ser um retrocesso, sem dúvida. Não é um retrocesso completo e generalizado. É uma mudança pontual na questão fiscal e que é preocupante, porque é um sinalizador do que pode vir pela frente. Quando se negocia e entrega tudo e mais ainda do que deveria entregar para a outra parte, mostra-se que o governo está fraco. Outros querem negociar da mesma forma. Se parar por aí, foi um pequeno retrocesso e não é incontornável. Mas, se persistir, o fiscal vai piorar muito, e tudo o que a gente tem como regras começa a ficar sob suspeita, como o teto de gasto, a meta fiscal e a regra de ouro. O governo não tem mais o que ceder neste momento. Mas como ele está muito fraco, não há como garantir que isso não vai ocorrer.

#### Henrique Meirelles

Meirelles não tem a mínima chance. Não faz sentido olhar para os candidatos que são muito pequenos. Eles não têm capacidade de crescer (na intenção de voto). O presidente Temer se tornou muito tóxico e qualquer um que está minimamente atrelado ao governo vai eventualmente ser contaminado e ser acusado durante a eleição. E o Rodrigo Maia foi presidente do Congresso e ajudou a aprovar as reformas no início do governo. Mesmo o Ulysses Guimarães, que tinha todo o capital político da Constituinte de 1988, ficou em sétimo lugar nas eleições de 1980, porque MDB é um partido com conflitos internos profundos e históricos.

#### Bolsonaro

Bolsonaro é quem mais está ganhando nessa brincadeira toda, porque ele ganha com essa ira toda da sociedade. Mas o Ciro também ganha, porque está havendo uma polarização para os extremos da direita e da esquerda. Hoje, diante dos condicionantes de uma recessão profunda, de uma greve como a que tivemos agora, de todo o estresse político que vem desde 2013, a população, de fato, está querendo um novo. O PT acabou. O PSDB está em frangalhos com a Lava-Jato. Os grandes partidos estão acéfalos em termos de liderança.



Alckmin

Ele tem coisas positivas, que é o fato de a população brasileira ser conservadora. Ela não gosta de aventura. A gente viu isso em 2014, quando tinha Dilma, Aécio Neves e Marina Silva. A Dilma já era presidente, por mais complicada que ela fosse. A população já conhecia o Aécio, tinha sido senador, governador é neto do Tancredo Neves. Tinha um histórico político enorme de um partido que a população conhecia. A Marina era o elemento novo de um partido desconhecido, que tinha sido senadora e ministra do Meio Ambiente, mas a população olhava para ela e tinha dúvidas se ela tinha condições de ser presidente. O brasileiro olha muito isso.

Ciro Gomes

O Ciro Gomes foi governador, foi deputado, foi prefeito, foi ministro do Itamar, do Lula e da Dilma e tem um histórico que, para a população, poderia assumir a posição de presidenciável. Talvez o que tenha um flanco mais aberto, o Jair Bolsonaro, que não tem histórico nenhum, o menos presidenciável de todos. Mas a confusão toda dessa eleição é que ela está tão aberta que mesmo o Bolsonaro que não tem um pedigree presidenciável, eventualmente, poderia avançar para o segundo turno por conta dessa insatisfação generalizada da população.

## **Mercado longe da eleição**

### **Correio Braziliense - 04/06/2018**

A proliferação de candidaturas ao Palácio do Planalto e a incerteza de quem será o próximo presidente da República voltaram a colocar a país em compasso de espera. Tão grande é a desconfiança de empresários e consumidores que as expectativas de crescimento de 2018 do Produto Interno Bruto (PIB) foram revisadas de 3% para abaixo 2%. Sem a clareza de que as reformas e os ajustes para recuperação da economia sairão do papel no próximo ano, o setor produtivo está cauteloso. Entretanto, os preços dos ativos brasileiros, sobretudo a Bolsa de Valores de São Paulo (B3), o câmbio e o risco Brasil, medido pela variação dos Credit Default Swaps (CDS) de cinco anos, ainda não precificam o processo eleitoral de outubro, avaliam os analistas.

Os mesmos economistas são categóricos ao afirmar que a tendência é de que o dólar ultrapasse os R\$ 4 e a bolsa fique abaixo dos 70 mil nos próximos meses, caso uma candidatura de esquerda ou de extrema-direita lidere as pesquisas eleitorais. Apesar disso, os economistas detalham que os movimentos recentes de alta do dólar e de perda de valor das empresas listadas na B3 não estão diretamente ligados às incertezas eleitorais. No caso do encarecimento no preço da divisa norte-americana, que já subiu 13,57% no ano, o movimento está atrelado ao cenário externo, diante dos sinais de recuperação da economia dos Estados Unidos e perspectiva de que o Federal Reserve (FED), o Banco Central do país, tenha que elevar os juros mais do que o esperado inicialmente pelos analistas.

Todo esse processo tem afetado as economias emergentes, já que os investidores tendem a reduzir o apetite de risco e buscar proteção nos ativos da maior economia do mundo. Além disso, as incertezas entre Estados Unidos, China e Coreia do Norte têm pressionado o valor da moeda estrangeira. O presidente Donald Trump tem mantido o discurso de enfrentamento ao chineses e acusa o país asiático de práticas abusivas no comércio internacional.

No caso da bolsa de valores, a queda de 2,1% na última semana, que levou a B3 aos 77.239 pontos, está diretamente ligada à crise envolvendo a paralisação dos caminhoneiros e o pedido de demissão de Pedro Parente da presidência da Petrobras. Os papéis ordinários da estatal desabaram 14,92% na última sexta-feira após Parente anunciar o desligamento da empresa. A decisão surpreendeu o mercado e os investidores que temem a volta das ingerências políticas no comando da empresa. O represamento dos preços do diesel foi uma resposta às pressões de políticos e motoristas dos veículos pesados que reclamam da política de preços da petroleira, que reajusta diariamente o valor dos combustíveis.

Já os CDS brasileiros de cinco anos, que medem o risco país, com toda a crise que resultou na queda de Parente, chegou a 235 pontos. Em dezembro de 2014, após as eleições, o indicador estava em 195 pontos. Vale lembrar que, durante o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff em 2016, os CDS chegaram a 505 pontos.

Outros dois fatores ainda têm reduzido o nível de influência das eleições nos preços dos ativos brasileiros. O primeiro deles, relatam especialistas, é que, em junho e no início de julho, a população estará mais interessada no desempenho da seleção brasileira na Copa do Mundo de 2018 do que em quem será o próximo presidente da República. Além disso, conforme o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os partidos terão entre 20 de julho e 5 de agosto para realizar as convenções partidárias, formar as coligações e definir os candidatos. E o período para requerimento de registro das candidaturas à Justiça Eleitoral será até 15 de agosto.

### Indefinição

A falta de clareza em relação a quem disputará as eleições em outubro tem contribuído para o processo de incertezas no país, destaca a economista-chefe da CM Capital Markets, Camila Abdelmalack. Entretanto, ela explica que como as chapas não estão definidas e ainda faltam dois meses e meio para o registro das candidaturas, o preço dos ativos ainda não reflete o cenário eleitoral. “Há espaço para valorização do dólar e queda da bolsa caso uma candidatura de esquerda se firme nos próximos meses. Mesmo o crescimento do deputado Jair Bolsonaro (PSL - RJ) é uma incógnita porque não está claro como seria seu governo. Primeiro se apoiaria reformas e segundo se teria apoio do Congresso para trabalhar”, destaca.

Para a economista, as eleições contaminarão o preço dos ativos a partir de julho. Camila ressalta que as pesquisas de intenções de votos até agora ainda mostram que o tema não se transformou em agenda prioritária dos brasileiros, diante do elevado percentual de pessoas que ainda não escolheram os candidatos ou alegaram que votarão em branco ou anularão.

“Existe o risco de o dólar ultrapassar R\$ 4 e a bolsa ir abaixo dos 70 mil. Caso a esquerda cresça ou uma candidatura estranha ao mercado, como Bolsonaro, decole, teremos volatilidade”, ressalta Camila.

O fato de pelo menos 13 políticos terem anunciado pré-candidatura ao Palácio do Planalto mantém o cenário pouco previsível para o mercado, avalia o economista-chefe da consultoria Lopes Filho, Julio Hegedus. Conforme ele, a maior apreensão do mercado está no fato de que os três primeiros colocados nas pesquisas de intenção de votos não têm um discurso pró-mercado. O economista detalha que toda essa indefinição tende a gerar volatilidade. “O mercado está vivendo o momento atual, com greve de caminhoneiros e pressões externas. Mas o dólar pode ultrapassar os R\$ 4 e a bolsa, desabar se Bolsonaro, Ciro ou Marina estiverem na frente”, destaca.

A candidatura de Ciro Gomes é a que mais traz preocupações ao mercado, avalia o economista Silvio Campos Neto, da Tendências Consultoria. Ele ressalta que as declarações do político nordestino, que sinaliza uma visão intervencionista do estado e uma menor preocupação com a gestão macroeconômica e com o equilíbrio fiscal, são um problema. “A Marina, por exemplo, tem os economistas Eduardo Gianetti da Fonseca e André Lara Resende. Com isso a política macroeconômica não preocupa, mas não há possibilidade de amplas reformas. No Bolsonaro tem o Paulo Guedes. Ele não anima, mas não é assustador. O Ciro não temos nenhuma noção”. diz.

Para Campos Neto, as próximas semanas serão decisivas e entre junho e julho, enquanto os brasileiros estarão ligados na Copa do Mundo, as definições sobre as chapas que disputarão as eleições serão sacramentadas. “A tendência é de pressões e volatilidade nos próximos meses. O dólar ainda será afetado pelo exterior e, quando as eleições entrarem forte, poderemos falar na moeda cotada a R\$ 4. E nesse cenário, com candidaturas que trazem apreensões ganhando representatividade nas pesquisas, bolsa abaixo dos 70 mil pontos pode ser uma realidade”, comenta.

## **Guerra comercial longe do fim**

### **Correio Braziliense - 04/06/2018**

O governo chinês não elevará as compras de produtos norte-americanos se o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, for adiante com sua ameaça de taxar bilhões de dólares em importações do gigante asiático. Assessores da Casa Branca insistiram em mudanças fundamentais nos laços entre as duas maiores potências econômicas do mundo.

A advertência da China, divulgada ontem, veio depois que delegações lideradas pelo secretário de Comércio dos Estados Unidos, Wilbur Ross, e o principal funcionário econômico da China, o vice-primeiro-ministro Liu He, encerraram uma reunião sobre a promessa de Pequim de reduzir o superavit comercial. Ross disse, no início do evento, que discutiu as exportações americanas específicas que a China poderia comprar, mas as negociações terminaram sem declaração conjunta e nenhum dos lados divulgou detalhes.

“Ambos os lados parecem ter endurecido suas posições de negociação e estão esperando que o outro lado pisque”, disse Eswar Prasad, professor de política comercial da Universidade de Cornell. “Apesar das potenciais repercussões negativas para ambas as economias, o risco de uma guerra comercial China-EUA, com tarifas e outras sanções comerciais impostas por ambos os lados, aumentou significativamente”.

Os Estados Unidos ameaçaram impor tarifas de até US\$ 50 bilhões em produtos chineses em uma disputa sobre as táticas agressivas de Pequim para desafiar o domínio tecnológico dos EUA. Trump pediu ao representante comercial dos EUA, Robert Lighthizer, que procure outros US\$ 100 bilhões em produtos chineses para tributar. A China taxou US\$ 50 bilhões em produtos dos EUA em retaliação.

## **Taxas altas de desemprego estimulam procura por outras formas de renda**

**Jornal Agora MS - 31/05/2018**

O Brasil passou por uma turbulência econômica nos últimos anos – sobretudo, a partir de 2014. Em 2017, esses índices econômicos começaram a ter uma tímida recuperação, principalmente com o crescimento de 1% no Produto Interno Bruto (PIB) depois de dois anos de recessão. A taxa de desemprego, no entanto, ainda é alta. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desocupados entre dezembro de 2017 e fevereiro de 2018 foi de 12,6%, o que representava 13,1 milhões de brasileiros desempregados.

O momento econômico também foi aproveitado por algumas pessoas – seja por necessidade ou como visão de negócio – para ganhar uma renda extra. Foi o caso de Tatiane Agreste, 38, funcionária pública na Secretaria de Segurança de São Paulo. Ela ficou por algum tempo afastada do emprego por problemas de saúde e decidiu que era hora de complementar o que ganhava.

A mãe foi quem iniciou o processo, apresentando a marca Herreira, que vende semi joias no atacado e também fornece a possibilidade de revender os produtos. De lá para cá, já foram três anos. “Além de ser uma delícia ver coisas novas, é a maneira mais prazerosa de ganhar dinheiro”, diz a paulistana. Ela tem até um site e um Instagram como estratégia de marketing para divulgar os produtos e vendê-los quando as amigas não podem comparecer às reuniões durante a tarde.

Ao mesmo tempo em que a crise atingia o país, outros serviços chamados de economia colaborativa ou compartilhada ganhavam também maior projeção no país. O princípio é a partilha de um bem em detrimento da posse, colaborando para uma maior consciência coletiva dos impactos ambientais, do espaço urbano e do consumo. Aplicativos de transporte privado, como Uber e Cabify, bem como o popular serviço de hospedagem AirBNB, surfaram nessa onda.

Os serviços se transformaram em uma nova alternativa de renda para os brasileiros em meio à crise. Apesar disso, também entraram em diversas discussões sobre transparência, segurança e a forma de trabalho a qual os indivíduos estão submetidos. A cultura organizacional dessas empresas também ficou nos holofotes. O caso mais emblemático foi da Uber, com diversos vazamentos de informações e escândalos sexuais, o que fez o próprio CEO da empresa se afastar.

A tendência para este ano é que a economia tenha uma recuperação. A Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) prevê que 83% dos associados terão um aumento de vendas e encomendas, e a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) prevê a abertura de 20700 novos estabelecimentos comerciais em 2018.

## **Empresas recorrem ao crédito privado**

### **O Globo - 04/06/2018**

Com queda dos juros, Bolsa instável e menos subsídios no BNDES, empresas emitem títulos para se financiar.

Com a queda dos juros básicos da economia, o fim dos subsídios nos financiamentos do BNDES e as restrições na oferta de crédito dos bancos privados, as empresas buscam cada vez o mercado de capitais para levantar recursos para suas operações e fazer investimentos. As emissões de títulos de dívida com pagamento de juros ao investidor, como as debêntures, alcançaram R\$ 90,8 bilhões em 2017, um recorde. Especialistas alertam, no entanto, que incertezas no cenário político podem desacelerar o crescimento desse mercado.

Dados do Centro de Estudos de Mercado e Capitais (Cemec-Fipe) mostram que, no primeiro trimestre deste ano, títulos de dívida corporativa como as debêntures responderam por 18,7% das fontes de financiamento das empresas, o maior patamar desde 2007, superando a parcela do BNDES (15%). O crédito do banco de fomento teve seu pico em 2010 (23,1%), quando o mercado de capitais ficou com 15,1%. Naquela época, o BNDES inundava o mercado com crédito subsidiado, às custas de repasses do Tesouro, numa tentativa de conter os efeitos da crise global de 2008.

Em janeiro de 2018, o BNDES iniciou uma transição. Antes o banco usava, na maioria de suas operações, a TJLP, uma taxa com subsídios. Agora a taxa de referência do BNDES se aproxima aos poucos da Selic, com a qual o Banco

Central estabelece os juros básicos. Neste contexto, a captação em moeda estrangeira — seja via empréstimos entre matriz sediada no exterior e filiais brasileiras ou via emissão de títulos no mercado internacional — também ganha atratividade. Representou 33,6% das fontes de financiamento das empresas no primeiro trimestre.

— O principal componente que favorece o desenvolvimento do mercado de capitais é a queda da taxa de juros (Selic). Historicamente, era uma trava para atrair investidores (para títulos corporativos), pois as empresas tinham que oferecer um retorno maior que o do título público (remunerado pela taxa Selic). O fim dos subsídios do BNDES também fizeram as empresas recorrerem a outras fontes — diz Carlos Antonio Rocca, diretor do Cemec-Fipe.

**UM TERÇO DAS CAPTAÇÕES VIRA INVESTIMENTO** As debêntures acabam sendo uma solução nesse cenário porque a remuneração segue o CDI, referência dos empréstimos interbancários que acompanha a Selic. Isso significa que as debêntures refletem de forma quase imediata a queda dos juros, tornando-se uma opção mais barata de financiamento. Em 2017, foram emitidas mais de R\$ 90 bilhões em debêntures, um recorde no país, acima dos R\$ 71 bilhões desembolsados pelo BNDES. Nos quatro primeiros meses deste ano, foram R\$ 31,9 bilhões, o dobro do mesmo período do ano passado.

Quase um terço desse dinheiro foi usado pelas empresas para fazer investimentos, segundo a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). Os outros dois terços se dividiram igualmente entre capital de giro e refinanciamento da dívida. Em 2017, quase 80% dos recursos de debêntures foram usados pelas empresas nesses dois objetivos. Os investimentos só tinham ficado com 9% do total.

— No ano passado, as empresas buscaram uma solução para se manter com a cabeça fora d'água. Parecem estar em melhor situação este ano — diz Renato Vilela, do núcleo de estudos em mercados e investimentos da Faculdade de Direito da FGV.

Uma das empresas que recorreram às debêntures para investir foi a Celse, que atua no Nordeste. Em abril, ela anunciou que levantaria R\$ 3,4 bilhões numa emissão de debêntures para bancar parte da construção de um complexo termelétrico em Sergipe, que vai custar R\$ 5 bilhões. O restante virá de agências internacionais.

Ricardo Carvalho, da agência de classificação de risco Fitch, lembra que, com os juros menores no Brasil e a elevação das taxas cobradas no exterior, as empresas vêm reduzindo as emissões lá fora e tem preferido captar no mercado brasileiro. Paralelamente, a turbulência na Bolsa por aqui diminui o fôlego para abertura de capital (IPO, na sigla em inglês) com emissão de ações. Por causa do calendário eleitoral, várias companhias anteciparam suas emissões de títulos, o que impulsionou o segmento no começo deste ano.

A melhora do perfil de crédito das empresas também favoreceu as emissões de debêntures. Com menor risco, mais investidores se dispõem a aplicar nesses títulos. Em 2016, auge da recessão brasileira, a Fitch rebaixou 71 ratings (notas de crédito) nacionais de empresas brasileiras e elevou apenas 11. Este ano, já houve 17 elevações contra apenas seis downgrades. Carvalho espera que rebaixamentos e altas se equilibrem ao longo do ano.

Mesmo assim, ele pondera, as emissões de debêntures locais tendem a ser mais usadas para reestruturar dívidas. É o caso do Carrefour, que, após um bem-sucedido IPO em 2017, anunciou em abril a captação de R\$ 1,5 bilhão em debêntures. A rede informou que os recursos foram usados no pagamento antecipado de dívidas, ampliando o prazo médio de pagamento de um para três anos.

— Não acreditamos em grandes saltos de investimento (com recursos levantados com debêntures), porque a demanda ainda não cresceu como se previa, e o nível de capacidade utilizada da economia ainda é baixa. As companhias precisam, primeiro, reduzir suas dívidas — avalia Carvalho, para quem o desemprego alto e a incógnita das eleições preocupam.

## **Bomba-relógio nas urnas**

**O Globo - 04/06/2018**

O governo de Donald Trump poderá ter, em alguns meses, mais uma dor de cabeça: perder a maioria republicana no Congresso. Especialistas indicam que as eleições legislativas de novembro, que vão renovar todos os deputados e um terço dos senadores, devem gerar uma onda democrata que pode paralisar a Casa Branca. As primárias mostram os dois partidos com estratégias diferentes, com os democratas escolhendo candidatos moderados, que podem fisgar os eleitores independentes, e republicanos optando por ultraconservadores.

Embora as eleições ocorram apenas em cinco meses, grande parte dos estados já escolheu seus candidatos, criando um perfil em cada legenda que começa a se repetir pelo país. E uma série de fatos favorece a análise de que o ano tende a ser “azul”, cor dos democratas. Além da tendência normal de mais apoio à oposição nas eleições de meio de mandato presidencial, a gestão de Trump tem afastado os republicanos moderados da disputa. Até o momento, 44 deputados e senadores do partido afirmaram que não vão disputar a reeleição — um recorde muito acima da média histórica de 30 congressistas que desistem. Isso favorece a conquista da cadeira por parte da oposição.

— Geralmente, 95% dos candidatos são reeleitos. O número de aposentadorias significa um medo de perder, simplesmente estar cansado da política partidária e da pressão pública. Mas, este ano, os republicanos moderados parecem não gostar da direção de seu partido sob Trump — afirmou John Zogby, da John Zogby Strategies. — Até agora, os defensores de Trump estão saindo nas primárias para votar nos conservadores, o que pode isolá-los em novembro dos eleitores moderados.

## PROBLEMAS TAMBÉM PARA DEMOCRATAS

Isso pode mudar o equilíbrio de forças. Atualmente os republicanos detêm 235 das 435 cadeiras da Câmara dos Representantes e 51 dos cem senadores. De acordo com a compilação das pesquisas feitas pelo site Realclearpolitics, há 34 vagas de deputados em eleições disputadas, sendo 30 delas atualmente ocupadas por republicanos, e oito cadeiras de senadores sem definição clara, sendo cinco delas atualmente nas mãos dos democratas. Muitos já falam na possibilidade, até então remota, de os democratas vencerem e controlarem as duas casas do Legislativo.

— Normalmente, as eleições de meio de mandato (presidencial) favorecem a oposição. E há um desgaste com a política de Trump e os candidatos republicanos mais conservadores. A gente sabe que este ano os democratas vão ganhar espaço, será um ano azul, agora precisamos ver os números — afirmou ao GLOBO Clifford Young, presidente para os Estados Unidos do instituto de pesquisa Ipsos. — O Partido Democrata é favorito para assumir o controle da Câmara de Representantes, e tem 50% de chances de dominar também o Senado.

Young afirma que fatores externos, com uma melhora na economia, um ataque terrorista ou até uma guerra, que tem grandes impactos nas eleições presidenciais, influenciam menos nas legislativas, mais espalhadas pelo país em diversos candidatos. E que o sentimento anti-Trump está muito forte na sociedade americana, mobilizando os eleitores democratas:

— As eleições especiais (quando há a necessidade de substituir um senador ou deputado, pois os EUA não têm a figura do suplente) que ocorreram até então mostram isso. Os democratas ganharam em locais que eram tradicionalmente republicanos, e mesmo onde os republicanos ganharam, foi por uma margem muito mais apertada do que em outras eleições — disse ele.

Porém, nem tudo são flores no campo da oposição. Se por um lado a escolha de candidatos moderados facilita a conquista de eleitores independentes e até mesmo de republicanos que não concordam com as políticas de Trump, por outro, cria problemas entre os progressistas mais aguerridos. Desde as primárias das eleições presidenciais de 2016, o grupo de Bernie Sanders, que perdeu a indicação para Hillary Clinton, tenta, sem sucesso, levar a legenda mais à esquerda.

— Mas isso não é um problema, este tipo de divisão interna sempre existe dentro das legendas num sistema de dois partidos. Mas não vejo uma guerra ideológica entre os democratas — ponderou Simon Rosenberg, presidente e fundador da Nova Rede Democrata (NDN, a sigla em inglês). — O movimento anti-Trump é muito forte, e isso falará mais alto.

Ele afirma, ainda, que a legenda tem priorizado “pessoas comuns” nas candidaturas, e não apenas políticos tradicionais. As minorias também estão



emplacando mais candidatos nas primárias, juntamente com líderes sociais. E a legenda terá um número recorde de mulheres disputando cargos, refletindo a nova força do movimento feminista nos EUA, que chegou em todos os pontos da sociedade americana.

— Mas acredito que os políticos tradicionais terão mais dificuldades este ano, e estamos no partido com muitas caras novas, jovens, pessoas que estão energizando as bases — disse ele.

## PERSONALIDADE DE TRUMP PIORA QUADRO

Se a tendência se consolidar, Trump viverá o pesadelo dos últimos anos de Barack Obama: tentar governar com um Congresso hostil. Se o democrata sequer conseguiu aprovar o nome de um juiz para a Suprema Corte, com o republicano e seu estilo explosivo a situação tende a ser ainda pior, lembrando que, mesmo com a maioria de seu partido nas duas Casas, ele teve dificuldades para aprovar uma série de projetos nestes primeiros 17 meses na Casa Branca.

— Se isso ocorrer, será um caos: o governo ficará parado, não veremos nenhum projeto sendo aprovado — disse Young, da Ipsos.

A oposição controlando ao menos uma das Casas do Congresso deve dar força, inclusive, para pedidos de impeachment do presidente.

— Se Trump controlar o Congresso após a eleição, ele estará em boa forma para aprovar sua agenda. Se perder o controle, ele pode ter que mudar de direção, mas não tenho certeza se consegue fazer isso, por causa de sua personalidade — disse Zogby.

## **Em busca da abertura benigna** **Valor Econômico - 04/06/2018**

### **Roberto Giannetti da Fonseca**

Relendo um memorável documento denominado "Manifesto Programa ao Povo Mineiro", escrito pelo meu bisavô João Pinheiro da Silva em 1906, por ocasião de sua posse então como governador de Minas Gerais, deparei-me com um trecho no qual ele expressava sua preocupação com a grande dependência econômica que o país tinha da produção e exportação de café, sujeitas a frequente volatilidade cíclica do clima e dos preços internacionais. Debatia-se naquela época sobre a necessidade de se elevar as tarifas alfandegárias para proteger e estimular a incipiente industrialização brasileira.

Escreveu então João Pinheiro a este respeito: "O problema econômico brasileiro não é como muitos pensam uma destas ideias políticas passageiras, vistoso fogo de artifício para surgir e passar veloz, na precariedade das coisas fictícias. Se a solução econômica para se obter o aumento da riqueza de um povo dependesse exclusivamente de um golpe de tarifas alfandegárias, certo

seria, não haveria povo pobre no mundo. Com a decretação do protecionismo alfandegário se deveria fazer coincidir outras medidas visando promover e estimular diretamente a produção industrial no interior do país".

Do fundo da sua sábia percepção intuitiva, João Pinheiro nos remete ao debate econômico que aflora nesta fase pré-eleitoral, no qual economistas de variadas escolas de pensamento econômico sugerem propostas de abertura da economia brasileira, variando entre si no grau, no tempo, e na forma. A grande maioria coincide na firme opinião de que temos uma economia extremamente fechada e que um maior grau de abertura traria a nossa economia um maior grau de eficiência.

Mas, parafraseando João Pinheiro, não bastaria neste caso baixar as tarifas incondicionalmente e a felicidade da nação estaria garantida. Seria uma visão simplista e equivocada. Nossa economia nesta segunda década do século XXI enfrenta enormes desafios: crescimento sofrível, quase nulo no período de 2011 a 2017, forte desemprego e capacidade ociosa no setor produtivo, baixo nível de poupança e investimentos, entre outros fatores inquietantes.

Preocupa-me a visão de alguns destes economistas que demandam uma imediata abertura unilateral e incondicional da economia brasileira, como se não houvesse uma enorme base industrial e milhões de empregos a serem preservados nesta iniciativa. Visão esta que ignora um elenco de externalidades que se configuram como desvantagens competitivas ao nosso setor produtivo, que precisam ser simultaneamente resolvidas em consonância com uma gradual redução de tarifas alfandegárias e uma intensa agenda de acordos de livre comércio com as maiores economias do planeta. Papel relevante teria o BNDES na função de induzir a inovação tecnológica através de financiamentos de longo prazo para o aggrionamento da indústria brasileira.

A maestria da política econômica consiste exatamente em tentar na medida do possível conciliar interesses conflitantes e maximizar o benefício econômico resultante. Neste caso da abertura econômica brasileira, em primeiro lugar deveríamos fixar uma meta e uma estratégia, e jamais realizá-la sem um claro diagnóstico de riscos a serem monitorados diuturnamente. Vejo por exemplo como plausível fixarmos um grau de abertura (exportações + importações/ PIB) evoluindo dos atuais 22,5% para 30% até 2025. Para se atingir esta meta o fluxo bilateral de comércio exterior deveria crescer de forma equilibrada e por anos seguidos a taxas bem superiores ao PIB nacional.

Com uma política de taxa cambial flutuante, confiável e competitiva (sem sub ou sobrevalorização induzida como já ocorreu no passado recente), já teríamos um bom começo para assegurar uma abertura benigna, bem diferente do imbróglgio ocorrido em 1994, quando a dupla Ciro Gomes (então ministro da Fazenda) e Gustavo Franco (diretor do BC) levou à insolvência ou mesmo à falência dezenas de importantes indústrias brasileiras, com a redução drástica das tarifas à metade do que eram, e o câmbio administrado à época atingindo o piso de R\$ 0,86 por dólar, uma verdadeira insanidade. Meses depois as tarifas tiveram que ser novamente majoradas e a âncora cambial, esticada

irresponsavelmente ao seu limite, em 1998 quase levou o país de volta a crise cambial dos anos 80.

Exportando e importando volumes bem superiores não há dúvida que em breve teríamos uma economia mais robusta e uma qualidade de vida muito superior para nossa população. Nossa indústria seria mais integrada às cadeias globais de valor, com acesso a melhores tecnologias de produção disponíveis e promovendo uma oferta de empregos de melhor qualidade. Uma Agenda de Competitividade deveria ser negociada com o setor privado e implementada em sintonia com a desejada gradual abertura econômica, na qual seriam introduzidas inúmeras reformas microeconômicas, de ordem tributária, financeira, e regulatória, pois seriam quase todas sujeitas a decretos ou leis de fácil aprovação pelo Executivo e Legislativo.

Cabe ainda ressaltar que a decisão de rebaixar as tarifas alfandegárias já há algum tempo não depende da vontade política exclusiva do Brasil, mas também de nossos parceiros do Mercosul, pois prevalece entre nós o regime de união aduaneira, e conseqüentemente a Tarifa Externa Comum do Mercosul. Portanto, há que se negociar a revisão tarifária conjunta e harmoniosa dos quatro países, ou alternativamente a revisão do Mercosul, evoluindo regressivamente do regime de união aduaneira para o de simples livre comércio, liberando os quatro Estados membros a praticarem tarifas alfandegárias distintas.

Esta negociação, em qualquer das duas hipóteses, não é nada trivial nem muito menos imediata. Vai exigir muita habilidade política de nossa diplomacia, mas há que ser enfrentada com firmeza e determinação.

A abertura benigna deve ser nosso maior objetivo, visando exclusivamente o aprimoramento de nossa economia, e a geração de renda, empregos, e de bem estar para a população brasileira. O risco de fazermos uma abertura unilateral e incondicional certamente não nos levaria a este resultado. Um liberalismo moderado a meu ver seria o caminho do êxito nesta tarefa. Sigamos o bom exemplo do passado, inspirados no mineiro João Pinheiro.

## **Risco aumenta e não se descarta um 'double dip'** **Valor Econômico - 04/06/2018**

### **Angela Bittencourt**

O governo Temer tem sete meses pela frente. É pouco tempo para conquistar aliados, mas o suficiente para promover uma guinada na política econômica. A saída de Pedro Parente do comando da Petrobras é passe livre para a adoção de medidas de forte apelo popular. Embora a redução seguida de congelamento do preço do diesel tenha atendido à reivindicação dos caminhoneiros para encerrar a greve da categoria, a revisão do preço da gasolina e do gás de cozinha - se ocorrer - será comemorada por um contingente bem maior de brasileiros. E eleitores.

O risco para a recuperação da economia aumentou consideravelmente nos últimos dias como se vê no comportamento de vários indicadores. A taxa de juro de longo prazo voltou a superar 12% ao ano e, ante inflação inferior a 3%, contrata uma explosão do juro real; a taxa de câmbio segue sob pressão e, para alguns especialistas, caminha para R\$ 4,00; as estimativas para o crescimento deste ano estão sendo cortadas para cerca de 1,50%, sendo que até recentemente oscilavam entre 2,7% a 3,0%; o risco país sobe; os investidores estrangeiros já carregam posições compradas em instrumentos cambiais - contratos de dólar futuro e juro em dólar - acima de US\$ 25 bilhões na BM&F. Esses dados formam o pano de fundo da corrida eleitoral que acena com o resultado mais incerto que se tem notícia no Brasil. E retratam a deformidade persistente entre as expectativas do setor privado e os vícios do setor público.

O comportamento das ações da Petrobras e da Eletrobras na bolsa é mais um dado relevante. Mais que preocupação de grandes investidores com a saída de Pedro Parente da presidência da petroleira - a despeito da promoção sensata do respeitado Ivan Monteiro para o posto -, o tombo das gigantes estatais sugere que a Petrobras está sujeita a interferência política, enquanto a Eletrobras ainda não se livrou dela.

Herança mais contundente do governo Temer para o próximo presidente, o teto de gastos do setor público poderá ser desmontado pela conveniência, pois sem a reforma da Previdência o teto não será cumprido e o presidente da República - seja quem for - arriscará ser acusado por crime de responsabilidade, sujeito a perder o cargo.

Não é preciso longa memória para constatar que o Brasil está em um momento crítico. À exceção da queda forte da inflação e do juro, a melhora de cenário escancarada há quase dois anos pelo impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff foi tragada pela deterioração do ambiente econômico, inclusive com a ajuda externa, mas sobretudo pela deterioração das condições políticas.

Às vésperas do 2º aniversário do atual governo - definitivo a partir de final de agosto de 2016 - o Brasil sofre as consequências da inusitada greve dos caminhoneiros que trancou cadeias de produção importantes para a geração de insumos destinados a vários ramos da indústria. E sem que a desmobilização dos caminhoneiros - atendidos em todos os pedidos pelo governo - garantisse a retomada imediata da atividade.

O reabastecimento da produção será lento, como demonstra o repórter Renato Rostás ao informar que pelo menos 11 altos-fornos foram abafados por usinas siderúrgicas durante a greve dos caminhoneiros. A parada também atingiu 10 aciarias e 15 laminações. O forno religado pode demorar de 10 a 15 dias para voltar a produzir, mas esse período pode chegar a 30 dias, dependendo do quão moderno é o equipamento. O setor químico e petroquímico, mesmo recebendo matérias-primas por dutos, deverá perder 25% do faturamento líquido de maio.

A reação do setor real dependerá, contudo, da repercussão de uma série de propostas que estão no Congresso e ameaçam dar um nó nas contas públicas. O governo Temer parece ignorar um princípio: para sair do buraco é preciso parar de cavá-lo.

O cenário fiscal desbalanceado, além de deficitário - herança para o futuro presidente - poderá acelerar a revisão de projeções para o crescimento de 2019 para menos de 2%, com efeito na arrecadação. O crescimento é tímido. Mas a depender das próximas decisões que Brasília reserva ao país, ou ausência delas, de hoje até o fim do ano, não se deve descartar ouvir com maior frequência o termo "double dip", em tradução livre, duplo mergulho, que é quando a economia, depois de sair de uma recessão, cresce por algum tempo, mas volta a afundar em outra recessão.

Entre outras propostas que foram para o Congresso está a que prevê indenização "temporária" de policiais federais que trabalham durante os "repouso remunerados". Isso, porque a Polícia Rodoviária Federal (PRF) teve que ampliar o efetivo nas estradas durante a greve dos caminhoneiros. Está prevista, por remanejamento de dotação orçamentária, despesa de R\$ 16,8 milhões este ano e de R\$ 57,6 milhões no biênio 2019/2020.

Outra MP é a que propõe a prorrogação do prazo de adesão ao "Refis do Funrural" até 30 de outubro. O prazo anterior era 30 de maio. Portanto, os interessados em parcelar dívidas tributárias - com redução de 100% sobre multas de mora e encargos - ganharam mais cinco meses para requerer entrada no programa. Também poderão ser usados créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL para pagar a dívida parcelada.

Sem previsão de impacto financeiro, o Senado aprovou a MP 817, que trata do enquadramento de servidores dos ex-Territórios do Amapá, Roraima e Rondônia em carreiras do Executivo Federal. Esse enquadramento poderá custar mais de R\$ 50 bilhões nos próximos dez anos. A MP ampliou as possibilidades de inclusão para novas situações de vínculo às carreiras do Executivo. Mais de 30 mil servidores serão beneficiados. Estão incluídos entre os beneficiários servidores não efetivos do setor público. Poderá ocorrer enquadramento em cargos de Auditoria e Fiscalização das carreiras de Planejamento e Orçamento e também de Finanças e Controle.

## **O BC não entendeu a natureza da recessão, diz Mendonça de Barros Valor Econômico - 04/06/2018**

A combinação da recuperação lenta da economia com a crise política abala muito as chances de um candidato de centrodireita nas eleições de outubro, avalia o ex-ministro das Comunicações Luiz Carlos Mendonça de Barros. "A centro-direita fica muito enfraquecida em seu discurso de ter evitado o pior na

economia", diz ele, para quem isso aumenta as chances de vitória de um nome de esquerda - nesse cenário, o ex-governador Geraldo Alckmin (PSDB) teria "muito poucas chances" de vencer em outubro.

Para Mendonça de Barros, o Banco Central (BC) "não entendeu a natureza da recessão" enfrentada pelo Brasil - "uma bolha de consumo, esticada ao máximo, que estourou" -, optando por uma estratégia de redução muito lenta dos juros. A contração do crédito pelos bancos públicos, num momento em que os bancos privados não expandiam o volume de empréstimos, também afetou a retomada cíclica da economia, segundo Mendonça de Barros.

Hoje, ele considera mais provável um crescimento de 1,5% a 2% em 2018. Na virada do ano, via como possível uma expansão na casa de 3% a 3,5%, o que ajudaria um candidato de centro-direita nas eleições de outubro. Desse modo, a economia deverá atrapalhar quem concorre nessa faixa, acredita Mendonça de Barros, que foi presidente do BNDES no governo Fernando Henrique Cardoso.

Ao comentar a greve dos caminhoneiros, ele diz que o impacto mais grave foi aumentar a desconfiança, "num momento em que o governo representa um tipo de gestão econômica que é correta e fundamental para nós". Para ele, a crise enfraqueceu muito a administração do presidente Michel Temer. "E, ao enfraquecer o governo Temer, enfraqueceu todo o discurso da centro-direita", afirma Mendonça de Barros.

Na visão do economista, um candidato de esquerda tem 60% de chances de vencer as eleições. E será o ex-ministro Ciro Gomes (PDT) ou o candidato do PT? "Não sei. Aí vamos ver o que vai acontecer", diz ele, que vê com grande pessimismo um eventual governo Ciro. "É o meu grande medo. Eu sonho com ele toda noite, e não é sonho agradável". Para Mendonça de Barros, o pedetista não tocará uma política fiscal responsável nem fará as reformas necessárias para o país: "De maneira nenhuma, de maneira nenhuma. Não é da natureza dele. O populismo não se corrige".

A tendência, segundo ele, é o candidato de esquerda disputar o segundo turno com o deputado Jair Bolsonaro (PSL-RJ), que Mendonça de Barros classifica "como um demagogo, um populista". A combinação entre o pensamento de Bolsonaro e de seu guru econômico, o liberal Paulo Guedes, não dará certo, acredita o economista. "Ele vai mandar o Paulo Guedes embora logo depois", diz Mendonça de Barros, hoje presidente do conselho da Foton Brasil, que fabrica caminhões.

Na entrevista, ele também critica a Petrobras e o governo pela política de reajustes diários dos preços, classificada como irresponsável. "A Petrobras é monopolista. Isso já obriga o gestor da Petrobras a tomar cuidado com o que ele faz". Os reajustes deveriam ser mais espaçados, segundo ele. A seguir, os principais trechos da entrevista.

**Valor: Por que a atividade perdeu força nos primeiros meses do ano?**

Luiz Carlos Mendonça de Barros: No ano passado, eu participei de debate no Valor [que contou com as presenças do economista-chefe da Verde Asset Management, Daniel Leichsenring, e do coordenador de economia aplicada do Ibre/FGV, Armando Castelar]. A minha tese era de que o BC não estava entendendo direito a natureza da recessão, que não era uma recessão como as outras. Ela era o resultado de uma bolha de consumo, esticada ao máximo, que estourou. E o padrão dessas recessões, com essa característica, exige uma resposta diferente do normal por parte do BC. O que ocorreu com a recessão nos EUA em 2008 e na Europa também. A grande vantagem que nós tivemos é que não houve uma crise bancária associada como houve nos EUA e na Europa. Como é que o BC americano, primeiro, e depois o BC europeu, após uma briguinha lá, agiram? É uma ação muito específica, de aumento de liquidez, de redução de juros, para criar uma força anticíclica, de modo que, ao longo do tempo, você se recupere da crise. E aqui o BC não fez isso.

**Valor: O BC demorou a cortar os juros? Ou reduziu a Selic menos do que deveria?**

Mendonça de Barros: Você pode até dizer que a Selic a 6,5% ao ano está razoável. Mas foi muito devagar, com cortes de 0,25, 0,5 ponto. Ali tinha que ter dado um corte brutal, imediato, e [ter feito] uma espécie de QE [afrouxamento quantitativo, na sigla em inglês, a compra de títulos para manter baixos os juros de longo prazo] em cima dos bancos, para gerar algum tipo de pressão para eles emprestarem. Na minha opinião, houve um erro de diagnóstico. O BC não entendeu a natureza da recessão e teve uma postura ultratradicional, como se fosse uma recessão de fim de ciclo, normal. E hoje nós sabemos que há um outro problema.

**Valor: Qual problema?**

Mendonça de Barros: Se o Brasil não teve uma crise bancária, o que ajudou, a concentração bancária foi definitiva. Os bancos não expandem o crédito. E aí o segundo erro. O que ocorreu com os bancos públicos na gestão do [Henrique] Meirelles na Fazenda? Eles começaram a cortar [crédito]. Você tem o sistema bancário privado não expandindo crédito e o sistema bancário público contraindo o crédito. Isso criou uma situação que enfraqueceu uma recuperação cíclica que ainda existe, mas que desacelerou muito.

**Valor: Na reunião do mês passado, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a Selic em 6,5%, em vez de reduzi-la para 6,25%, como esperava a maior parte do mercado. Como o sr. avalia essa decisão do BC?**

Mendonça de Barros: Nesse caso, achei correta, pois uma redução de 0,25 ponto percentual, no contexto de restrição de crédito bancário, traria menos benefícios do que a volatilidade do dólar.

**Valor: Na virada do ano, o sr. chegou a avaliar que um crescimento acima de 3% neste ano era possível. Quanto é possível hoje?**

Mendonça de Barros: Claramente isso se reduziu e nós vamos para alguma coisa entre 1,5% e 2%. No quarto trimestre do ano passado, era possível visualizar alguma coisa entre 3% e 3,5%. A MB Associados, que é ultracompetente nisso, foi obrigada a rever [a consultoria revisou de 2,5% para 1,9% a estimativa para o crescimento neste ano]. Uma grande frustração é o volume de crédito.

**Valor: Os bancos públicos deveriam ter expandido, mantido ou desacelerado o volume de crédito?**

Mendonça de Barros: Eu não teria reduzido. O que ocorreu? Você contraiu na margem o crédito dos bancos públicos num momento em que o sistema privado não expandiu. O total de crédito disponível é mais baixo do que era. E destaco o erro de diagnóstico do BC em relação à natureza da recessão. Agora, há outros impactos que vão fazer com que realmente a recuperação cíclica seja muito mais fraca do que poderia ser.

**Valor: Que impactos são esses? O da greve dos caminhoneiros?**

Mendonça de Barros: A greve dos caminhoneiros é um ponto fora da curva. É evidente que vai provocar uma contração de demanda, mas essa é uma redução de segunda ordem. A primeira redução veio pela manutenção de uma política monetária que seria compatível com uma recessão diferente da que nós tivemos.

"É um governo talvez em situação até mais difícil que o Sarney. Vamos ter um processo eleitoral muito conturbado"

**Valor: A ideia de que o mercado de trabalho começaria a reagir, de que os trabalhadores se sentiriam mais confiantes para consumir, acabou não ocorrendo.**

Mendonça de Barros: Teve um certo começo disso, tanto que o consumo reagiu um pouco. Mas hoje há um problema. Nós tínhamos uma data-limite, que era julho, agosto, e nós vamos chegar nela com a economia com recuperação muito fraca, e com um choque desse negócio dos combustíveis. Como a atividade está mais fraca, a probabilidade de vitória da esquerda cresceu muito.

**Valor: Como o sr. avalia o aumento dos preços dos combustíveis e a greve dos caminhoneiros?**

Mendonça de Barros: Com a inflação muito baixa, o aumento dos preços dos combustíveis não estava criando nenhum constrangimento de ordem geral. Mas houve esse choque de oferta e, pior do que isso, o governo Temer terminou uma segunda vez. Ele havia terminado na denúncia da JBS [em maio



de 2017] e terminou agora, porque foi um bate-cabeça terrível. É evidente que você vai normalizar toda a questão, mas o governo se enfraqueceu demais e, ao enfraquecer o governo Temer, enfraqueceu todo o discurso da centro-direita.

**Valor: Havia uma expectativa de vários analistas, entre os quais o sr., de que a economia ajudaria um candidato de centro-direita nas eleições deste ano. E agora?**

Mendonça de Barros: Acho que atrapalha. Porque a pior coisa que tem é uma expectativa de melhora - foi feito todo um discurso e de repente... Como dizia o meu pai, que era médico, a recidiva de qualquer doença é sempre pior do que a própria doença. Havia todo um quadro de um certo otimismo e de repente a coisa vem pior. Além disso, há um quadro internacional complicado. Há a situação da Itália, que vai dar errado, vai dar problema. E dar problema na Itália é muito pior do que na Grécia. Há também o ciclo americano [de alta de juros]. Somando tudo, é um quadro meio desanimador.

**Valor: A economia vai chegar em agosto fraca...**

Mendonça de Barros: ... vai chegar fraca em agosto e a inflação vai cair, mas só que há hoje o problema da taxa de câmbio, que também não dá para brincar. O erro do BC foi muito menos a Selic de 6,5% e muito mais a demora [para baixar a taxa] e, mais do que isso, você manteve as condições financeiras dos empréstimos muito ruins, os juros muito altos.

**Valor: O fato de o Brasil ter à época uma inflação alta não dificultava a adoção de uma política monetária mais agressiva, como a que o sr. defendia?**

Mendonça de Barros: Não. A inflação estava alta por causa do choque anterior de preços e uma condição de demanda que não existia mais.

**Valor: Mas hoje os juros estão baixos. Qual o impacto disso sobre a atividade daqui para frente?**

Mendonça de Barros: Estão baixos para quem? Os spreads estão muito altos e não tem volume de crédito, não expande. Isso mostrou outro erro estrutural que nós fizemos, que foi essa concentração bancária. Ela é boa, por um lado, porque fica um sistema bancário forte, mas não funciona na hora em que você precisa do crédito. E aí [foi] mais um erro em cima do outro: como o banco público expandiu muito lá atrás, a ideia foi "vamos devolver dinheiro [ao Tesouro], vamos reduzir [o crédito]". E aí você somou duas coisas negativas.

**Valor: A crise dos caminhoneiros causa um impacto direto sobre a atividade. Que outros impactos têm esse episódio?**

Mendonça de Barros: Um outro impacto pior é a desconfiança no governo, num momento em que o governo representa um tipo de gestão econômica que é

correta e fundamental para nós. Esse é o dado mais dramático. Como se enfraqueceu o lado que defende a política econômica correta, aumentou o risco de ter uma recidiva na política econômica. Se ganha um desses que estão aí, claramente nós vamos ter uma segunda crise de outra natureza, que é uma gestão errada, um enfrentamento errado, dos nossos problemas estruturais.

**Valor: O sr. disse que esse cenário fortalece a esquerda. O sr. acha que Ciro Gomes seria o favorito?**

Mendonça de Barros: É o meu grande medo. Eu sonho com ele toda noite, e não é sonho agradável. Esse pessoal não aprende.

**Valor: Ciro não tocara uma política fiscal responsável? Não faria as reformas necessárias para o país?**

Mendonça de Barros: De maneira nenhuma, de maneira nenhuma. Não é da natureza dele. O populismo não se corrige. O [presidente Donald] Trump vai dar errado e a Itália vai ser um desastre.

**Valor: E o sr. vê a possibilidade de Bolsonaro ganhar?**

Mendonça de Barros: O Bolsonaro é demagogo, um populista. A combinação entre o que ele pensa e o que sempre disse com o guru econômico dele não vai dar certo. Ele vai mandar o Paulo Guedes embora logo depois. Estou com 76 anos. A única aposta que nunca deixo de fazer é contra o populismo. Vai dar errado.

**Valor: Ele faria uma gestão economicamente próxima à esquerda?**

Mendonça de Barros: Seria um populismo de outra natureza. Inclusive, como militar, ele é a favor do Estado.

**Valor: E o sr. avalia que o Brasil precisa reduzir o Estado.**

Mendonça de Barros: Óbvio. Esse é o grande desafio. Eu estava otimista, quatro, cinco meses atrás, porque achava que a economia, voltando a crescer num ritmo de 3% a 3,5%, daria um espaço para a centro-direita fazer o discurso dela. Agora não vai ter.

**Valor: Geraldo Alckmin então tem poucas chances?**

Mendonça de Barros: Muito poucas chances. Ele tem uma boa equipe, mas não consegue falar com a população.

"Eu estou velho demais para achar que um populista como o Ciro Gomes vai fazer a coisa certa. Vai nada"

**Valor: Como o sr. avalia a política de preços da Petrobras?**

Mendonça de Barros: Como irresponsável. Eles conseguiram internalizar no pico um processo especulativo de petróleo lá fora por causa do Irã. Foi isso o que eles fizeram. E a Petrobras é monopolista. Isso já obriga o gestor da Petrobras a tomar cuidado com o que ele faz. Se ele explorar o poder monopolista, ele faz o que ele quer. E é um preço-chave numa economia como a nossa, que só vive de transporte... Não houve avaliação de risco.

**Valor: Os reajustes não podem ser diários?**

Mendonça de Barros: Óbvio que não, ainda mais num processo especulativo de petróleo.

**Valor: O sr. acha então que os reajustes deveriam ser mais espaçados.**

Mendonça de Barros: É, com uma média móvel, algo assim, e explicando - "O petróleo, que chegou a US\$ 40, US\$ 45 o barril, está agora bem mais caro".

**Valor: Teria que haver um imposto para amortecer a volatilidade dos reajustes de preços?**

Mendonça de Barros: Eu não sei. O erro foi não considerar o risco associado a essa política no sistema de transporte, que foi o que ocorreu.

**Valor: O sr. acha que a culpa é principalmente da Petrobras?**

Mendonça de Barros: É óbvio. Eles tinham que ter noção do que estavam fazendo. E erro do governo, porque o governo teria que ter lá no Palácio do Planalto alguém que estivesse olhando isso aí e não estava.

**Valor: Pedro Parente pediu demissão da Petrobras e foi substituído por Ivan Monteiro. Como isso afeta as perspectivas para a empresa?**

Mendonça de Barros: Não acho que essa escolha represente a manutenção da mesma política de preços do Pedro Parente, depois do período de congelamento do preço do diesel. Incrível como só depois da crise é que os analistas acordaram para o fato de a Petrobras ser um monopólio, que a política de preços explora a força do monopólio em toda a sua extensão e que o aumento diário é um tapa na cara do consumidor. Espero que encontrem uma solução inteligente.

**Valor: O sr. disse que o governo acabou pela segunda vez. O sr. vê um risco de interrupção desse governo ou vai ser como o fim do governo Sarney?**

Mendonça de Barros: É um governo talvez até em situação mais difícil que a do Sarney. Na época do governo Sarney, havia indexação, aquele negócio todo, e ia tocando. Mas não é interesse de ninguém derrubar [o governo]. Já enfraqueceram. Nós vamos para um processo eleitoral muito conturbado.

Ninguém sabe direito o que falar. Acho que hoje há 60% de chance de a esquerda ganhar.

**Valor: Quem temais chances, Ciro Gomes ou um candidato do PT que Lula apoiar?**

Mendonça de Barros: Não sei. Aí vamos ver o que vai acontecer.

**Valor: Dada a situação da economia, o sr. vê hoje como mais provável um segundo turno entre um candidato da esquerda e Bolsonaro?**

Mendonça de Barros: É isso aí. E a outra coisa que é crítica é a articulação política. O próximo Congresso vai ser pior do que o atual, porque nivelou por baixo. Hoje não tem nenhum grande partido. Há cinco ou seis partidos do mesmo tamanho. É uma situação complicada. A única coisa que tem, que é uma vantagem, é que no próximo governo nós vamos estar com o ciclo lá embaixo na economia. A conta corrente está numa situação muito sólida. Você tem reservas, você tem inflação baixa. Mas não adianta. Eu estou velho demais para achar que um populista como o Ciro Gomes vai fazer a coisa certa. Vai nada, ele vai fazer tudo errado de novo.

## **Suavização tem apoio, mas é solução limitada**

**Valor Econômico - 04/06/2018**

Há quase um consenso, entre economistas e especialistas no setor de petróleo, de que é possível adaptar a política de preços de combustíveis da Petrobras, apontada como a principal razão para o movimento dos caminhoneiros que parou o país há duas semanas, e que culminou na saída de Pedro Parente da presidência da companhia.

Os pontos de acordo envolvem a criação de mecanismos que suavizem o repasse da volatilidade do petróleo no mercado externo e do dólar para o preço dos combustíveis na bomba, e que essa política anticíclica seja arcada pelo setor público, com transparência orçamentária.

Assim, ficaria protegido o balanço da Petrobras, que também tem acionistas privados e concorre no mercado global com empresas que vendem a commodity e seus derivados pela cotação internacional.

Há, no entanto, pelo menos três problemas com esse novo desenho de política que se propõe, e que se alinha com o modelo que o Ministério de Minas e Energia (MME) estuda adotar também para a gasolina. O primeiro é que, apesar de atacar o problema da variação abrupta de preços, esse novo modelo não reduz o valor absoluto de venda dos combustíveis na bomba, que tenderia a convergir para a cotação internacional, e também era uma das causas de insatisfação dos caminhoneiros e da população em geral, em relação à gasolina.

O segundo problema é a falta de disposição ou capacidade fiscal dos agentes públicos de contribuir para a solução do problema. Atolados em seus problemas fiscais, os governadores e seus secretários de Fazenda já revelaram resistência, por exemplo, em trocar a forma de tributação do diesel e da gasolina para um valor fixo por litro, em vez de um percentual, o que ajudaria a suavizar os efeitos das variações da commodity no preço final.

Se assim como os tributos federais (PIS/Cofins e Cide) o ICMS estadual fosse cobrado como um valor fixo sobre o litro do combustível, a cada 10% de alta no preço da refinaria, menos de 5% chegariam ao consumidores, o que já funcionaria como um amortecedor fiscal mesmo sem mudanças de alíquota.

O terceiro problema do modelo em estudo, que era caro ao ex-presidente da Petrobras Pedro Parente, é a ideia de que o preço de venda do combustível na refinaria da estatal fique congelado por períodos de 30 dias, como a própria estatal tentou fazer na virada de 2016 para 2017. Segundo o executivo argumentava, isso deixa a empresa exposta a arbitradores que importam combustível e tomam a fatia de mercado da Petrobras no segmento de derivados no período em que só ela não pode mexer nos preços. Uma possível saída para esse risco seria a estatal ser autorizada a reduzir o preço nesse intervalo de 30 dias, mas não a aumentar.

No quadro acima, o Valor tentou estruturar diferentes modelos de política de preço, com os efeitos para cada perspectiva: do setor de petróleo, da Petrobras, dos preços e o impacto fiscal.

Para um gestor de recursos de visão liberal que sintetiza a voz dos investidores do mercado acionário sobre essa discussão, por mais inteligente que sejam as pessoas envolvidas na criação de uma fórmula para controlar os preços dos combustíveis e todas as consequências, sempre haverá uma ponta solta. "Sempre que o governo tenta tomar o lugar do mercado para definir preço, dá errado."

Apesar do ceticismo "na bolsa de valores", a maior parte dos analistas consultados pelo Valor acredita numa solução de meio termo. A economista-chefe da XP Investimentos, Zeina Latif, é uma das que defende a atenuação da variação dos preços. "A ideia é meramente suavizar, não é para impedir a alta dos preços", diz. "Variações muito acentuadas dão dor de cabeça, porque há um descasamento entre a pressão que os custos exercem e o repasse para os fretes. O timing é outro."

Medida que reduz frequência de reajuste de combustíveis não impede alta de valor de venda ao consumidor

Para Zeina, um exemplo desse tipo de instrumento é a própria Cide, cuja cobrança sobre o diesel foi zerada pelo governo federal nesta última crise. A economista lembra que a contribuição foi criada como um instrumento "regulatório e anticíclico": a cobrança aumentava quando os preços caíam e

diminuía quando eles subiam. "Mas transformaram a Cide em um mero instrumento arrecadatário", afirma.

Para Gesner Oliveira, sócio da GO Associados, embora "a filosofia geral" da política de reajustes quase diários adotadas por Pedro Parente na Petrobras tenha sido correta, "alguma atenuação" teria sido recomendável. "Não só da Petrobras, mas de Estados e União", diz.

Para ele, no caso da empresa, uma possibilidade seria manter os reajustes diários, mas calcular o preço com base em uma média móvel trimestral. "Mas claro que isso só daria uma amortecida. O preço do barril de petróleo subiu de US\$ 35 para US\$ 75", afirma.

Gesner também lembra que, na esfera federal, a Cide já teve o papel anticíclico que o governo quer ressuscitar agora. O problema é que esse papel foi perdido, com a Cide, já com alíquota zero no diesel, sem poder cumprir esse papel.

Aumentar a concorrência seria a maneira mais efetiva de garantir uma queda no preço dos combustíveis, segundo Gesner. Esse aumento poderia ser incentivado, por exemplo, por uma tabela de preços de referência mais flexível para os integrantes da cadeia de combustíveis e pela permissão para que produtores vendam etanol diretamente para os postos.

"O melhor fiscal de preço na bomba é a concorrência", afirma o sócio da GO Associados, lembrando que propostas semelhantes já foram feitas pelo Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).

O professor Ricardo Cabral Azevedo, do departamento de engenharia de minas e de petróleo da Escola Politécnica da USP, diz que "não é nada confortável para o país é a oscilação diária do combustível", o que justificaria, na visão dele, que o governo assumisse a tarefa de atenuar as oscilações. "Seria importante, sim, ter um amortecimento. O que não dá mais para fazer é descolar do mercado internacional totalmente. A Petrobras fez isso e segurou os preços por muito tempo e quase faliu dessa maneira. Agora está tentando se recuperar. E para que isso foi feito, segurar a inflação, talvez? Acho que os benefícios que [a política anterior] gerou foram poucos diante da catástrofe que causou."

Para Armando Castelar Pinheiro, coordenador de economia aplicada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), contudo, a simples suavização da oscilação dos preços não resolve a demanda dos caminhoneiros. "O que os caminhoneiros queriam era uma queda do preço, não o fim da volatilidade", afirma.

Já a redução do diesel por meio de um subsídio oficial de R\$ 0,46 por litro, anunciada pelo governo para interromper a greve, também pode se revelar de pouca utilidade para os caminhoneiros, na visão de Castelar.

Para ele, diante da lenta recuperação econômica e da grande capacidade ociosa do setor de transportes, em função de medidas de estímulo adotadas pelo governo no fim da década passada, a consequência do subsídio é que o valor dos fretes pode cair ainda mais. "A redução do preço do diesel não resolve o problema", afirma. "Quem contrata o serviço sabe que o combustível está mais barato e exige do caminhoneiro um preço menor."

Nesse contexto, diz Castelar, o governo tem uma margem de manobra restrita para resolver a questão. "Tudo isso que foi feito é um espantalho. O problema real é uma economia deprimida."

Em relação à hipótese de se atrasar os repasses de preços de maneira artificial, o economista diz que há um "custo de transição muito alto" com essa opção. "Se amanhã houvesse uma alta grande dos preços e isso fosse divulgado, hoje todo mundo encheria o tanque, o posto não ia querer vender. Se fosse uma queda dos preços, os postos ficariam totalmente vazios hoje e lotados amanhã. Então tem um custo de transição muito alto", diz. "E quanto mais o preço ficar parado, maior vai ser o tamanho da mudança."

Em nota divulgada na sexta-feira, a Associação de Investidores no Mercado de Capitais (Amec) defendeu que qualquer política de preços que venha a ser definida não pode prever subsídios arcados pela Petrobras. Para a entidade, os conselheiros e diretores da estatal tem dever fiduciário com a empresa e "subsidiar preços de combustíveis não está entre os interesses públicos que levaram à criação" da companhia, hipótese em que eles estariam protegidos pela Lei das S.A. para não buscar a maximização do lucro. "Ao contrário: vender derivados abaixo do custo contraria não apenas a Lei das S.A., mas também a Lei do Petróleo e a Lei do Cade", diz a Amec.

## **Brasil só tem a perder com a crise entre China e EUA, diz embaixador**

**Valor Econômico - 04/06/2018**

O Brasil tanto pode perder caso China e EUA entrem em guerra comercial como também se os chineses aceitarem um comércio administrado com os americanos, avalia o embaixador brasileiro em Pequim, Marcos Caramuru.

"Para o Brasil, não interessa nem uma coisa nem outra. O que interessa é um cenário estável", disse o representante brasileiro, mencionando o cenário mais improvável hoje das relações entre as duas maiores economias do mundo.

Washington pressiona Pequim a se comprometer com contratos plurianuais de importações de produtos agrícolas e de energia dos EUA, como parte de um acordo para reduzir o déficit de US\$ 375 bilhões com a China no comércio de bens. Isso pode retirar negócios chineses dos principais aliados dos EUA, como União Europeia (UE), Austrália, Brasil e Argentina, cujas exportações

poderiam ser atingidas pela exigência do presidente Donald Trump, como diz o jornal "Financial Times".

As negociações prosseguem, após ameaça de Trump de impor sobretaxa a US\$ 50 bilhões de importações vindas da China. Os chineses dizem que vão retaliar.

Em Pequim, representantes chineses disseram ao Brasil e a outros parceiros que não são favoráveis a uma guerra comercial, mas que, ao serem colocados na situação atual, têm que encontrar soluções para superar o impasse com os EUA.

Para Caramuru, se houver acordo com os EUA pelo qual os chineses limitam exportações e aceitam compras adicionais de produtos americanos, para reduzir o déficit, cria-se um cenário incerto, e o Brasil pode perder em certos setores.

O oposto também tem um lado negativo para o Brasil. Se a tensão entre China e EUA continuar, podem abrir espaço para alguns produtos brasileiros no mercado chinês, mas isso não será necessariamente um ganho. Ele exemplifica com o caso da soja. Hoje, 52% das importações da China vêm do Brasil. Se, no caso de guerra comercial com os EUA, os chineses passarem a comprar mais do Brasil, o preço interno do produto subirá, afetando toda a cadeia, do milho ao frango, e prejudicando outros setores com presença internacional.

Para ele, oportunidades de aumentar exportações do Brasil para a China "podem aparecer aqui e ali", mas levando-se em conta que não afete a situação interna.

Em visitas recentes de autoridades brasileiras, Pequim reiterou que o comércio bilateral continuará crescendo. A China é hoje o maior parceiro comercial do Brasil, que exportou, de janeiro e abril, exportou US\$ 17,5 bilhões para o mercado chinês, alta de 3,3%. E importou US\$ 10 bilhões, alta de 25%. Como a China exporta basicamente equipamentos para o Brasil, suas vendas crescem quando a economia brasileira começa a se recuperar. O superávit do Brasil foi de US\$ 7,5 bilhões no período.

O interesse dos dois lados continua grande. É frequente a chegada de delegações brasileiras buscando novos negócios na China. Ao mesmo tempo, de 17 mil vistos concedidos pelo consulado brasileiro em Xangai em 2017, 70% foram de negócios, alta de 15% em relação a 2016. "Isso mostra o interesse chinês de fazer cada vez mais negócios com o Brasil", diz o cônsul-geral em Xangai, Gilberto Fonseca Guimarães de Moura.

Por outro lado, o Ministério do Comércio da China publicou nota saudando decisão da Câmara de Comércio Exterior do Brasil (Camex) de suspender a sobretaxa às importações de laminados de aço chineses. Para o diretor de Defesa Comercial do ministério, Wang Hejun, o Brasil enviou um "sinal positivo



ao mundo". Sobretudo, Pequim "apreciou" a decisão do governo brasileiro de não usar mais cálculos de preços de terceiros países ("surrogate country") para calcular o valor normal de produtos chineses em investigações antidumping.

Com isso, os chineses visivelmente querem indicar que o Brasil aceita, na prática, o status chinês de economia de mercado, algo que os EUA, Europa e Japão se recusam a dar a Pequim e é alvo de disputa diante dos juízes na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Em dezembro de 2016 expirou a cláusula no protocolo de acesso da OMC que dava margem para os países-membros da entidade usarem preços e custos baseados em terceiros países para calcular, e inflar, dumping de produtos chineses. Isso eleva a competitividade chinesa contra as indústrias locais.

Em 2017, nenhuma investigação antidumping foi aberta pelo Brasil contra a China. Mas, neste ano, duas investigações já foram iniciadas contra produtos siderúrgicos chineses. Segundo fontes, o Brasil tem reiterado aos chineses que o uso do "surrogate country" é autorizado pela OMC em certos casos e contra qualquer país. Pela nova prática no Brasil, a empresa brasileira que solicitar medida antidumping contra um produto chinês é que terá o ônus da prova.

A indústria brasileira terá de mostrar que um produto chinês não cumpre as regras da economia de mercado e que o preço chinês não serve, por causa de eventual manipulação do câmbio ou empréstimo subsidiado ou a fundo perdido. Isso é difícil de provar.

"Não queremos de forma alguma dar a impressão de que nos associamos a esquemas de restrições comerciais. O momento é de fazer as coisas pensando em estímulo ao comércio, e não em limitações e restrições", diz Caramuru.

Já do lado chinês, a firmeza se mantém na aplicação de sobretaxa a produtos brasileiros. Há duas semanas, o país confirmou taxas definitivas de 6,8% a 11,5% à polpa de celulose brasileira. E não há sinais de revisão da salvaguarda chinesa que elevou de 50% para 90% a sobretaxa na importação de açúcar. O Brasil era o principal exportador para o mercado chinês. Com a nova taxa, as exportações, que chegaram a 2,15 milhões de toneladas em 2016/2017, despencaram para 115 mil na safra 2017/2018.

Autoridades brasileiras lembraram aos chineses a decisão de retirar a sobretaxa a laminados de aço e reforçaram a expectativa de que Pequim "tenha atitude mais positiva" na investigação antidumping contra o frango brasileiro.

# **Economistas chineses exibem otimismo no embate com EUA**

**Valor Econômico - 04/06/2018**

As tensões comerciais entre os EUA e a China deverão se estender gradualmente a conflitos tecnológicos e financeiros, avaliam reputados economistas chineses, aparentando tranquilidade sobre a capacidade de reação de Pequim.

No recente Fórum de Xangai, evento que reúne anualmente quase mil membros da academia, política e negócios de várias partes do mundo, um dos debates mais esperados foi sobre o confronto entre o maior exportador e o maior importador do mundo, os dois motores da economia global.

O último debate ocorreu na Universidade Fudan, uma das cinco mais reputadas da China. Uma estátua gigante de Mao Tsé Tung, fundador da República Popular da China, domina o campus.

Para muitos participantes, o presidente Donald Trump mantém postura agressiva em razão da eleição de novembro, que servirá de avaliação de seus primeiros dois anos na Casa Branca. Com ironia, o professor Sun Lujian, da Universidade Fudan, sugeriu que não se deve ser pessimista sobre as relações com o governo Trump porque "ele só ficará na Presidência dos EUA por no máximo oito anos".

Economistas das principais universidades chinesas consideram que o governo de Trump carece de credibilidade, tem "comportamento inapropriado" e faz mudanças de orientação com frequência exagerada. Mas que o confronto entre China e EUA é resultado de pressões estruturais, e não só do estilo do presidente.

A avaliação é que os EUA estão "incomodados" e não sabem ainda como se ajustar à ascensão chinesa na cena economia internacional.

"Os EUA não estão habituados, mas vão continuar a ser superados pela China em vários setores", diz Shen Jianguang, economista-chefe da Mizuho Securities Asia, estimando que a China vai passar os EUA como maior mercado de varejo do mundo em valor. "A economia dos EUA se recupera, mas o fosso entre ricos e pobres nunca foi tão grande como agora, e muitos americanos acham que a China é uma ameaça em razão da virada ocorrida nos últimos 10 anos".

Lu Yi, da Universidade Tsinghua, aponta "coincidência" entre a penetração rápida dos produtos chineses nos EUA e o declínio dos empregos e salários na economia americana. E diz que a enxurrada de sobretaxas antidumping impostas pelos EUA contra produtos chineses, por alegação de preços supostamente desleais, serviu como um filtro: "Somente empresas competitivas na China sobreviveram, enquanto as fragilizadas companhias nos EUA continuaram protegidas e no mercado".

Para Huang Yiping, professor da Universidade de Pequim e membro do comitê de política monetária do Banco do Povo (o BC chinês), o conflito com os EUA será duradouro, até porque é muito difícil reduzir o déficit comercial que os EUA estimam em US\$ 375 bilhões.

Sheng Liiugang, professor do programa de comércio e desenvolvimento na Universidade Chinesa de Hong Kong, conclui que os EUA poderão ser o maior perdedor numa guerra tarifária com a China. Ele argumenta que o grande déficit comercial dos EUA com a China indica mais gastos do que renda do lado americano. E reequilibrar a balança comercial implica que o país deve reduzir seus gastos e assim o consumo.

Para Yu Miaojie, da Universidade de Pequim, os EUA "não querem mais livre comércio, e sim comércio recíproco; a União Europeia quer mais do que livre comércio, incluindo fortes questões nas áreas de meio ambiente, trabalho etc; e que a China vai se ajustar". Mas estima que a tentativa americana de fazer Pequim alterar sua política industrial "Made in China 2025", que visa tornar o país uma potência em áreas como inteligência artificial e veículos elétricos, não tem como ser atendida.

Ju Jiandong, diretor do Centro de Pesquisa de Economia Internacional, da Universidade Tsinghua, acrescenta que a atual grande missão de Pequim é o rápido desenvolvimento de sua indústria de alta tecnologia e a reforma do sistema de governança global. "Ao superar o atrito comercial, o futuro do desenvolvimento comercial da China permanece brilhante", diz.

Wang Zequn, vice-diretor do comitê de investimento estrangeiro da Associação Chinesa de Investimentos, minimizou a disputa tarifária e previu conflitos tecnológicos com os EUA, "assim como também financeiros". Indagado pelo Valor sobre conflito financeiro, ele retrucou que não falava inglês.

Já Bai Ming, vice-diretor de Instituto de Pesquisa do Mercado Internacional, do Ministério do Comércio chinês, sugeriu no jornal "Globo Times" que, se Pequim vender US\$ 200 bilhões de títulos do Tesouro dos EUA, isso definitivamente colocaria forte pressão sobre o mercado financeiro americano.

Para Miaojie Pequim pode ter mais aliados no conflito comercial com os EUA, pois a maioria dos países se sente incomodado com a postura americana. Jacques Pelkmans, do Centro de Estudos Políticos Europeus, de Bruxelas, sugeriu que China e UE, principais parceiros de um grande número de países médios e pequenos, precisam estabelecer alianças formais para tomar a liderança e salvar o sistema comercial global, de regras comuns e contra o unilateralismo.

A voz dissonante sobre a China veio de Akihiko Tamura, ex-negociador comercial japonês e agora professor no National Graduate Institute for Policy Studies, em Tóquio. Ele disse que não tinha simpatia pela postura de Trump, mas que era preciso se reconhecer um problema chinês, citando a política de

transferência de tecnologia exigida do investidor externo e o excesso de capacidade da indústria turbinada por subsídios. "Dado o tamanho da economia chinesa, isso tem um impacto grande", disse. "As regras da OMC são fracas para limitar o capitalismo de Estado chinês. É preciso rever isso."

Até então, cada fala era seguida de aplausos. Com Tamura houve quase silêncio na sala, não fossem os aplausos de três jovens.

## **G-7 critica a política protecionista de Trump**

### **Valor Econômico - 04/06/2018**

Num gesto inédito, os Estados Unidos foram repreendidos pelos demais países do G-7 pela sua política comercial protecionista. O tema deverá dominar a reunião de cúpula do grupo, que inclui as sete maiores democracias capitalistas desenvolvidas.

Os líderes de EUA, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá se reúnem nesta semana na cidade canadense de Quebec.

No sábado, os ministros das Finanças de seis dos sete países G-7 (isto é, todos menos os EUA) pediram uma ação decisiva contra a imposição de tarifas no comércio mundial e ressaltaram o "impacto negativo das ações comerciais unilaterais dos EUA".

Essa foi uma das raras demonstrações de divisão no G-7, principalmente contra os EUA, que costumam ser a principal força.

A reunião do grupo será marcada pela decisão recente dos EUA de efetivar a cobrança de tarifa sobre o aço e o alumínio importados. Entre os países afetados pela sobretaxa estão todos os parceiros e aliados do G-7. Já a China, que segundo especialistas é a fonte principal de desequilíbrio no mercado de aço, ficou fora da cobrança por estar negociando um acordo mais amplo com os EUA.

"Infelizmente, as ações dos EUA nesta semana [semana passada] ameaçam minar os próprios valores que nos unem", afirmou na noite de sábado o ministro das Finanças do Canadá, Bill Morneau.

O resumo da reunião dos ministros das Finanças e presidentes de banco central, elaborado pelo país-anfitrião, o Canadá, expressou preocupação de que "as tarifas impostas pelos EUA a seus amigos e aliados, sob o argumento de segurança nacional, minam o comércio aberto e a confiança na economia global".

## **OCDE adia decisão sobre novas adesões**

**Valor Econômico - 04/06/2018**

Com o impasse causado pelos EUA, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) empurrou para junho o tema de novas adesões à entidade.

Na reunião anual da OCDE, na semana passada, a Argentina sofreu o maior revés, pois esperava começar imediatamente negociações para entrar na entidade.

Por um plano que chegou a ser discutido, seria lançada até o fim do ano a negociação com a Romênia. O segundo estágio proposto incluía o Peru, em 2019, Bulgária e Croácia em 2020. Quanto ao Brasil, a maior economia da América Latina, ficaria para as calendas gregas.

A diplomacia brasileira conseguiu reverter essa situação e outra versão do documento fazia referência aos seis pretendentes, sem definição exata de começo de negociações, segundo uma fonte.

Persiste a expectativa na OCDE de uma decisão em junho. Mas vai depender, como sempre, dos EUA, principal financiador da entidade, com mais de 20% do orçamento.

O texto da reunião anual, refletindo consenso entre os membros menos um, os EUA, destaca a importância da adesão para o processo de reformas nos países. E reforça a importância das relações globais da OCDE, principalmente com os parceiros-chave: Brasil, China, Índia, África do Sul e Indonésia.

## **Sem acordo, China e EUA ficam mais perto de guerra comercial**

**Valor Econômico - 04/06/2018**

As duas maiores economias do mundo caminham para iniciar uma guerra comercial de US\$ 100 bilhões já neste mês, depois que uma terceira rodada de negociações entre a China e os Estados Unidos terminaram em Pequim ontem sem nenhum avanço.

Na semana passada, o presidente dos EUA, Donald Trump, disse que iria implementar "logo depois" de 15 de junho as tarifas já anunciadas sobre importações industriais chinesas avaliadas em US\$ 50 bilhões. Pequim prometeu retaliar, taxando o mesmo valor em importações americanas.

Wilbur Ross, secretário do Comércio dos EUA, e o vice-premiê chinês Liu He não emitiram um comunicado conjunto após dois dias de negociações. A rodada anterior, realizada em Washington na metade de maio, terminou com apenas uma vaga promessa das autoridades chinesas de reduzir "substancialmente" o superávit comercial de seu país com os EUA.

Num breve comunicado, a agência de notícias oficial chinesa Xinhua disse que Ross e Liu fizeram "progressos concretos", sem dar detalhes. Mas a Xinhua também alertou que qualquer decisão do governo Trump de impor tarifas punitivas iria arruinar as negociações, que devem prosseguir ao longo do terceiro trimestre.

A delegação dos EUA, que não fez comentários após o término das negociações, deveria deixar a capital chinesa na noite de ontem.

Dois fontes a par das negociações disseram que houve poucos progressos nas questões envolvendo a agricultura, um maior comércio estrutural e os investimentos, com os dois lados mais concentrados em possíveis acordos na área de energia. "O foco esteve exclusivamente na redução do déficit comercial, com atenção especial às exportações [americanas] de energia", disse uma das fontes. "O foco não foi no que a comunidade empresarial dos EUA gostaria de ver."

No encontro dos ministros das Finanças dos países do G-7 no Canadá, no sábado, o secretário do Tesouro dos EUA, Steven Mnuchin, disse que as negociações de Ross em Pequim não estavam centradas só na redução do déficit, mas também nas polêmicas políticas comerciais e industriais chinesas, que empresas americanas dizem atrapalhar suas operações no país.

"Não se trata apenas de a China comprar mais bens dos EUA, e sim de mudanças estruturais", disse Mnuchin, segundo a agência Reuters. "Se houver mudanças estruturais que permitam às nossas empresas competir de maneira justa, isso por definição dará um jeito no déficit comercial."

Em discussões preparatórias na semana passada, autoridades americanas acreditavam que a redução das barreiras técnicas ao comércio dobraria as exportações agrícolas dos EUA para a China para cerca de US\$ 40 bilhões anuais. Autoridades aduaneiras da China, por exemplo, suspendem todas as importações americanas de frango sempre que há um caso de gripe aviária nos EUA. Outros países geralmente suspendem apenas as exportações dos Estados afetadas e de seus vizinhos imediatos.

A renovada ameaça de Trump, na semana passada, de impor mesmo as tarifas surpreendeu e enfureceu as autoridades chinesas, especialmente porque ela pareceu contradizer as garantias dadas por Mnuchin, duas semanas antes, de que os dois lados estavam "detendo a guerra comercial".

"Os chineses estão pedindo que o governo Trump anuncie publicamente que não vai impor as tarifas, e isso não é uma solução", afirmou uma segunda fonte a par das discussões.

Apesar da irritação de Pequim com a ameaça renovada de Trump, nos últimos dias o governo chinês reduziu as tarifas sobre uma série de produtos de consumo importados e também prometeu relaxar as restrições aos

investimentos estrangeiros em setores como os de energia e de transporte até 30 de junho.

O Ministério das Relações Exteriores da China disse na sexta-feira que "nossas portas estão sempre abertas para negociações".

Na visita de Estado de Trump à China, em novembro, o fundo soberano de investimentos do país asiático e a estatal Sinopec assinaram um acordo provisório de participação e exploração de gás num projeto de gás natural liquefeito no Alasca avaliado em US\$ 43 bilhões. A data para um acordo final foi inicialmente estabelecida para o começo de 2019.

## **Estratégia de Steve Bannon para vencer** **O Estado de S. Paulo - 04/06/2018**

**Fareed Zakaria**

O Partido Republicano está enfrentando débeis perspectivas nas próximas eleições de meio de mandato. Mas não precisa ser assim, diz Steve Bannon, o principal ideólogo da onda populista que levou Donald Trump à Casa Branca. "Se os republicanos continuarem no rumo em que estão", disse-me Bannon na quinta-feira, "perderão 40 cadeiras na Câmara e o presidente Trump será destituído". Ele apresentou uma alternativa que me parece inteligente, e é uma estratégia que o próprio Trump parece instintivamente entender.

Bannon estava em Roma para dar apoio à insólita coalizão de populistas e nacionalistas que, juntos, conquistaram metade dos votos na recente eleição italiana. Bannon encara esse tipo de coalizão – uma mistura de esquerda e direita, idosos e jovens – como sua meta para os EUA. "A Europa está mais ou menos um ano à frente dos EUA. Podemos ver movimentos populistas e nacionalistas com a reforma (aqui). Pode-se começar por ver os adeptos de Bernie Sanders unidos à mobilização de Trump que realmente se torna uma força política dominante na política americana. (Esta coluna tem como base uma entrevista transmitida ao vivo comigo na CNN e uma conversa posterior.)

A estratégia do Partido Republicano, por enquanto, parece ser a de transformar a eleição de metade do mandato do presidente, numa série de disputas locais com foco no corte de impostos e na economia saudável. Bannon encara isso como fundamentalmente equivocado. "É preciso nacionalizar a eleição", disse. Bannon entende que os eleitores são movidos mais por instinto do que pelo raciocínio para uma análise instável sobre impostos. "Esta será uma (eleição) emocional – ou você está com Nancy Pelosi (líder democrata na Câmara) ou com Donald Trump. A segunda corrida presidencial de Trump será em 6 de novembro."

Bannon está mais focado na questão da imigração, pois atinge tanto corações quanto mentes. "A imigração não se refere apenas à soberania. É sobre empregos." Ele acredita que a coalizão Trump pode atrair mais de um terço dos

adeptos de Bernie Sanders, que vêem o comércio e a imigração como responsáveis por criar uma concorrência desleal para empregos, particularmente para os negros e hispânicos da classe trabalhadora. Ele defende que se faça um apelo direto a tais eleitores: “Você não vai ser capaz de levar a comunidade hispânica e negra do sistema STEM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática) que é ensinado na escola primária, às nossas melhores escolas de engenharia. Para os grandes empregos no Vale do Silício, a menos que se comece a limitar a concessão dos vistos H-1B (de trabalhos temporários para estrangeiros com baixa escolarização) e essa concorrência desleal do leste da Ásia e do sul da Ásia.”

Agora isso me parece totalmente errado. A razão pela qual não há suficientes alunos negros e de origem hispânica no Vale do Silício tem muito mais a ver com um sistema educacional lamentável, especialmente para as crianças mais pobres, do que o modesto número de imigrantes asiáticos qualificados que recebem vistos de trabalho. O resultado mais provável de limitar esses vistos é que os imigrantes mais talentosos simplesmente irão para outros lugares e criarão empresas de sucesso. E, de fato, existem muitas evidências de que isso já está acontecendo.

Mas Bannon está correto de que esta é uma estratégia eleitoral brilhante. A ideia de maiores controles de imigração tem inegável apelo generalizado. O Partido Democrata está muito à esquerda em muitas dessas questões o que só reforça a imagem de um partido mais preocupado com etnia, identidade e multiculturalismo do que o Estado de direito.

Onde Bannon é analítico e histórico, Trump é instintivo. Mas o presidente parece ver a situação da mesma forma. Escrevi no mês passado que Trump tentaria usar a imigração nas eleições de meio de mandato e acrescentei: “Não se surpreenda se Trump também se decidir por alguns confrontos com atletas negros”. Nas últimas semanas, o presidente sugeriu que os jogadores de futebol que protestam em silêncio pela violência policial contra os negros deveriam deixar o país.

Bannon acha que Trump está apenas começando a nacionalizar a eleição em torno da imigração. Ele prevê que a próxima grande batalha será sobre o muro proposto ao longo da fronteira entre os EUA e o México. “O muro não é apenas um símbolo emblemático. O paredão é absolutamente fundamental para seu programa.”

Infelizmente, mas não com surpresa, Bannon não acha que a luta e o rancor nos EUA vão desvanecer tão cedo. “A batalha entre os nacionalistas e os favoráveis à globalização está nas raízes fundamentais do que os EUA são e do que serão”, afirmou. “Isso é muito saudável, e acho que vai durar muito tempo. Temos muito mais brigas e muito mais cicatrizes para superar.”

Ele acredita que a coalizão Trump pode atrair mais de um terço dos adeptos de Bernie Sanders.



## **‘Governo deve evitar medidas populistas’**

**O Estado de S. Paulo - 04/06/2018**

O empresário Rubens Ometto Silveira Mello, fundador e presidente do conselho de administração do grupo Cosan (sócio da Raízen, Comgás e ALL), vê com preocupação a possibilidade de o governo passar a adotar medidas intervencionistas na economia e também na gestão da Petrobrás. O executivo Pedro Parente renunciou, na manhã de sexta-feira, ao cargo na estatal – Ivan Monteiro, diretor financeiro da petroleira, assumiu o posto. Ometto acredita que pequenos ajustes devem ser feitos na Petrobrás, mas sem afetar diretamente a gestão. “Sou a favor da economia de mercado. Decisões populistas podem agradar no curto prazo, mas não são eficientes” A seguir, os principais trechos da entrevista.

### **A saída de Pedro Parente preocupa?**

Pedro Parente foi muito importante para a Petrobrás. Acredito que o Pedro quis deixar o governo à vontade para fazer o que tinha de fazer. Não sei se ele concordaria com mais intervenção política. Acho que algumas pequenas adaptações precisam ser feitas, mas sem prejudicar a Petrobrás. Se vier uma política de intervenção na Petrobrás ou mesmo na economia, será um desastre. Espero que (o governo) não esteja nesta direção.

### **Que pequenas adaptações têm de ser feitas?**

Esses ajustes talvez passem por reajustes (de preços dos combustíveis) mensais para dar mais previsibilidade, como é feito no gás, por exemplo. Mas tudo isso sem prejudicar a Petrobrás.

### **O nome de Ivan Monteiro agrada ao mercado?**

Acho muito bom.

### **O governo não soube conduzir a crise na greve dos caminhoneiros?**

Ninguém estava preparado. Essas coisas acontecem e fazem parte da vida democrática. Poderiam ter tomado medidas antes... Mas em uma semana o governo resolveu. Talvez tenham alguns erros de discursos porque não conhecem necessariamente a tecnicidade do setor energético no Brasil. Acho errado o movimento de aproveitadores que usam o momento de forma oportunística.

### **Qual a lição que fica desta crise?**

Acredito em economia de mercado. Sou contra o populismo. Minha preocupação é de não ir na onda oportunística. O que o governo anterior estava fazendo com a Petrobrás e empresas públicas era um absurdo. É fácil

ser populista. A curto prazo, as medidas parecem boas, mas engana todo mundo.

### **A atual crise muda a corrida eleitoral em outubro?**

Este episódio vai ser bom para saber o que cada um (dos pré-candidatos) pensa. Agora, cada um deles vai ter de mostrar a cara. Todo mundo é contra a reforma da Previdência. Mas como é que faz? Se forem parar para pensar, as reformas têm de ser feitas para reduzir as despesas e, depois, os impostos.

## **Resumo**

**04/06/2018**

Economia, política e notícias falsas são os temas nas manchetes dos principais jornais brasileiros desta segunda-feira (04). Abrindo o quadro, O Estado de S. Paulo relata que a receita dos sindicatos caiu 88% de janeiro a abril; Valor Econômico informa que a Petrobras aceitou rediscutir a política de preços; O Globo afirma que a caiu o número de filiados nos principais partidos; e Correio Braziliense relata que os grupos de caminhoneiros no Whatsapp estão disseminando notícias falsas sobre uma nova manifestação.

Receita dos sindicatos cai 88% no 1º quadrimestre - Com a reforma trabalhista e o fim do imposto sindical obrigatório, os sindicatos brasileiros registraram queda de 88% nas receitas nos primeiros quatro meses do ano, informa O Estado. Outras chamadas: 'Estado' inicia coberturas regionais das eleições; Cresce procura por cursos de Psicologia; Candidatos não revelam planos para impostos.

Petrobras aceita rediscutir política de preços – Sob comando do novo presidente, Ivan Monteiro, a Petrobras informou ao governo que aceita rediscutir a política de preços, relata o Valor. A estatal impôs condições que protejam seus ganhos. Outros destaques: O que restou do famoso dólar 'black'; ANP eleva excedente da cessão onerosa; Servidor ganha bem mais na aposentadoria.

Cai número de filiados a principais partidos - O desgaste de partidos como PT, MDB, PSDB e PP, que estão entre os principais no Brasil, resultou na queda do número total de filiados, afirma O Globo. O número de simpatizantes dessas legendas caiu 17% em 41 anos. Outros destaques: Empresas recorrem ao crédito privado; Documento dos EUA relata corrupção na ditadura militar.

Grupos de caminhoneiros no Whatsapp propagam notícias falsas – Com o fim da paralisação dos caminhoneiros, após negociação com o governo, os grupos de Whatsapp que serviram para mobilizar a categoria agora propagam notícias falsas, como uma nova manifestação, relata o Correio. Outras chamadas: MP investigará painéis gigantes; Rigor na licença eleitoral; Agora, é aguardar.

Bolsa e dólar sobem - O Ibovespa fechou o pregão em alta de 0,63%, aos 77.240 pontos. O dólar subiu 0,79% e encerrou em R\$ 3,7652.

## **‘Não vale chorar pela reforma aprovada’**

### **O Estado de S. Paulo - 04/06/2018**

Com um leque de pesquisas que vai do emprego ao preço da cesta básica, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) sofreu um duro golpe com a perda de recursos dos sindicatos, diz o diretor técnico, Clemente Ganz Lúcio.

A entidade, financiada pelo movimento sindical, deve ter no ano que vem metade do orçamento de 2015 e busca alternativas de financiamento para manter as atividades. Leia, a seguir, trechos da entrevista.

O que os sindicatos podem fazer para contornar as perdas? Não vale chorar pela reforma aprovada. É o que passou no Congresso. Agora, precisamos ver de que maneira a Justiça do Trabalho e o Ministério Público vão agir para combinar opções alternativas de financiamento para os sindicatos. A legislação trabalhista foi rasgada para quebrar o movimento sindical, mas podemos sair vitoriosos disso, de outros modos, chegar a uma decisão (sobre o financiamento) que pode ser mais coerente, com mais autonomia e prestação de contas aos trabalhadores.

Que impacto a perda de recursos sindicais terá no Dieese? Estamos trabalhando com um cenário de perdas expressivas, em termos de receita sindical. A hipótese é que o orçamento do ano que vem seja a metade do que tivemos em 2015. Na época, o orçamento era R\$ 42 milhões. Em 2019, deve ficar em torno de R\$ 20 milhões, isso em um cenário otimista.

A falta de recursos pode comprometer o andamento das pesquisas que o Dieese faz? Tivemos algumas baixas por decisões de parceiros com quem o Dieese trabalha. Acabamos de interromper a pesquisa de emprego e desemprego em Porto Alegre, que era feita desde os anos 90, por iniciativa do governo gaúcho. O Ceará já tinha feito o mesmo. Se caminarmos para um orçamento cortado pela metade, vamos ter de decidir quais pesquisas deixaremos de fazer.

Além das demissões, o que foi feito para equilibrar as contas? Abrimos uma campanha para receber doações, fizemos uma parceria com uma universidade para ampliar uma pesquisa sobre cesta básica, criamos um comitê de reestruturação para fazer todo um redesenho do nosso financiamento e estamos tentando imaginar alternativas de financiamento para além do movimento sindical. Isso não é simples. Por sermos uma entidade do movimento sindical, é o caso de termos investidores? É o caso de cobrarmos por serviços que hoje são abertos? É uma reengenharia institucional complexa.

## **A hora da covardia**

**O Globo - 04/06/2018**

### **Demétrio Magnoli**

Não se tem notícia de humilhação similar. Para todos os efeitos práticos, o governo Temer sucumbiu, atropelado por um caminhão. Mas, em meio ao caos, entre as vozes estridentes dos populistas e os ecos secundários dos oportunistas, deve-se registrar o silêncio dos candidatos de centro. Na paisagem de ruínas, ninguém ousou sair em defesa do interesse geral. A covardia será punida nas urnas.

O Planalto sabia que a explosão viria, mas permaneceu inerte. Diante da catástrofe consumada, ensaiou uma valsa de sucessivos rugidos e recuos, até a completa desmoralização. No início, corretamente, identificou a natureza da operação de locaute, que se fantasiava como greve espontânea. Na sequência, renunciou ao exercício da força legítima, oferecendo carta branca aos grandes empresários de transportes e às facções amotinadas dos caminhoneiros. Corte das estradas, abolição do direito de ir e vir, colapso do abastecimento essencial: uma nação sem governo, sem lei, converteu-se em refém da força privada.

Temer capitulou duas vezes, entregando bem mais do que exigiam as milícias invasoras. No meio do percurso, estendeu sua própria humilhação ao STF, que dera amparo à liberação compulsória das estradas, e aos militares, que se preparavam para cumprir a ordem de romper os bloqueios. O presidente e seu círculo de patéticos estrategistas temiam que a aplicação da lei provocasse uma reprodução das “jornadas de junho” de 2013, incendiando as cidades. No altar sacrificial da capitulação, eles imolaram todos os bens públicos que tinham ao alcance. A desoneração da folha das transportadoras, o tabelamento do frete, a contratação de transporte sem licitação, o subsídio ao diesel serão financiados por cortes de gastos sociais, inflação e emissão de dívida. Há, contudo uma perda maior: agora, ninguém mais duvida de que a chantagem compensa, especialmente se for conduzida a seus limites extremos.

Soltaram os cachorros loucos. Nos bloqueios e acostamentos, os especuladores do caos desfraldaram as bandeiras da “intervenção militar”. Na arena de campanha, Jair Bolsonaro prometeu apoio integral aos “caminhoneiros”, simulou um pedido de moderação e, finalmente, garantiu que “um futuro presidente honesto/patriota” anistiará qualquer hipotético atingido por penalidades legais. O protagonista incontestemente ganhou coadjuvantes, que se aninharam na boleia de uma carreta bitrem. Ciro Gomes avisou que, sem a revogação da lei do teto de gastos públicos, “vai faltar escola e hospital”. Já Álvaro Dias, um inesperado nostálgico da idade de ouro dilmista, clamou pela administração política dos preços de combustíveis.

A falência técnica da Petrobras nada ensinou ao lulopetismo, engajado na repetição farsesca de uma história trágica. Precisamente quando Bolsonaro advertiu para “a hora de acabar” o motim das estradas, a Federação Única dos Petroleiros (FUP), tentáculo sindical do PT, ensaiou um espetáculo alternativo de dupla utilidade. No plano puramente simbólico, a frustrada greve dos petroleiros reivindicava a redução dos preços do gás de cozinha, uma bandeira “popular” de contraponto petista à baderna da direita. No plano prático, exigia a demissão de Pedro Parente, o presidente que resgatou a Petrobras de um poço sem fundo, passo necessário para uma futura restauração do controle partidário sobre a estatal.

Bolsonaro e o PT operaram segundo seus interesses, apostando nas ações do colapso. O visceral oportunismo de Álvaro Dias só surpreendeu os que não o conhecem. Mas é o silêncio tumular de Geraldo Alckmin e Marina Silva, os candidatos viáveis do centro do espectro político, que indica a dimensão da crise nacional. O candidato tucano permaneceu virtualmente calado durante o auge da crise. No epílogo, depois de firmado o tratado de capitulação, produziu uma exigência vazia de retorno à “normalidade”. A candidata da Rede, por sua vez, criticou com justiça a falta de medidas preventivas do governo e a política de variação diária de preços, apenas para ensaiar um raciocínio primitivo — e demagógico — sobre a possibilidade de usar a produção doméstica de petróleo para regular os preços dos combustíveis.

A covardia triunfou. Nem Alckmin, nem Marina exigiram a garantia dos direitos básicos de circulação nas estradas e de abastecimento de bens essenciais. Nenhum dos dois formulou uma nítida condenação dos termos da rendição do Planalto à chantagem dos promotores do locaute. Nenhum deles teve a audácia de defender a gestão de Pedro Parente, explicando que inexistente almoço grátis — e que, sob o império do lulismo, a Petrobras foi à lona por financiar subsídios de cunho populista.

Segundo constatação do Datafolha, 87% dos brasileiros aprovaram o movimento de paralisação, mas 56% o consideraram prejudicial à população. O instituto registra, ainda, que exatos 87% recusam os aumentos de impostos e cortes de gastos derivados da capitulação governamental. As nações enlouquecem quando o conjunto de suas lideranças políticas entregam-se ao populismo, ao oportunismo e à covardia. Nessa hora, a velha ordem desaba.

Nem Alckmin, nem Marina exigiram a garantia dos direitos básicos de circulação nas estradas e de abastecimento de bens essenciais

## **Receita de sindicatos cai 88% após reforma trabalhista** **O Estado de S. Paulo - 04/06/2018**

Dados do Ministério do Trabalho e Emprego mostram que após a entrada em vigor da reforma trabalhista, que acabou com o imposto sindical, as entidades viram sua receita despencar 88% nos quatro primeiros meses do ano. Apenas em abril, o volume total arrecadado pelas associações que representam

trabalhadores foi de R\$ 102,5 milhões – queda de 90% em relação ao mesmo mês de 2017. Enxutos, os sindicatos agora querem se mostrar mais atuantes junto aos trabalhadores. Eles tentam compensar parte da queda de receita com a conquista de novos associados e cortam despesas. Com a nova legislação, em vigor desde novembro, a cessão obrigatória do equivalente a um dia de trabalho destinada a sindicatos, centrais e federações foi extinta. A contribuição ainda existe, mas agora é voluntária e a empresa só pode fazer o desconto com autorização por escrito do funcionário.

O “ajuste fiscal” chegou também para os sindicatos. Depois da entrada em vigor da reforma trabalhista, em novembro, que acabou com o imposto sindical, as entidades viram sua arrecadação despencar 88% nos quatro primeiros meses do ano, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Enxutos, os sindicatos querem contornar o baque se mostrando mais atuantes junto aos trabalhadores e tentam compensar parte da queda de receita com a conquista de novos associados.

As mudanças nas leis trabalhistas drenaram recursos dos sindicatos. Apenas em abril, o volume total arrecadado pelas associações que representam trabalhadores foi de R\$ 102,5 milhões – uma queda de 90% em relação ao mesmo mês de 2017.

Isso porque, com a nova legislação, em vigor há mais de seis meses, a cessão obrigatória do equivalente a um dia de trabalho, que era destinada a sindicatos, centrais e federações que representam as categorias, foi extinta. A contribuição ainda existe, mas agora é voluntária, e a empresa só pode fazer o desconto com uma autorização, por escrito, do funcionário.

“A extinção da contribuição fragilizou as entidades”, diz Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico nacional do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). “Os sindicatos agora questionam na Justiça e buscam uma alternativa de financiamento coerente com o princípio da autonomia dos empregados.”

O desemprego elevado também colabora para a escassez de recursos. Sem uma vaga formal, o trabalhador não se filia e nem contribui às entidades.

Com menos dinheiro, os sindicatos se viram obrigados a cortar despesas para sobreviver: demitiram funcionários, fecharam subsedes, venderam carros, alugaram imóveis e reformularam os serviços prestados aos associados. A tendência, segundo dirigentes, é que as entidades se acostumem a operar com menos recursos em caixa.

De volta às origens. Um dos efeitos percebidos após a reforma trabalhista é a volta dos sindicatos para ações de rua, seja com mais mobilizações nas portas de fábricas ou no maior esforço direcionado a aumentar a quantidade de sindicalizados. A maior parte das entidades diz ter reforçado as equipes de campo, mesmo com um quadro mais enxuto. Funcionários que antes só exerciam atividades internas foram deslocados.

No Sindicato dos Empregados em Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros (Sindeepres), como a frota de veículos próprios teve de ser reduzida pela metade, de 33 para 15, desde o ano passado, parte dos funcionários agora vai de ônibus promover ações nas empresas.

Um dado positivo é que as entidades percebem um aumento no número de associados desde o início da reforma. No Sintracon-SP, que reúne os trabalhadores da construção civil, a quantidade de filiados passou de 19 mil, em dezembro de 2017, para 69 mil em abril deste ano, de acordo com o presidente, Antonio de Sousa Ramalho.

“O nosso trabalho de campo aumentou, deslocamos parte da equipe que antes tinha funções internas para ir até o canteiro de obras, para ouvir as demandas da categoria. Mas o que a gente também percebe é que muitos trabalhadores passaram a procurar espontaneamente o sindicato para se filiar.”

Ele diz que a reforma está mudando a imagem que o trabalhador faz do sindicato. Com a economia fraca e o desemprego perto de 13%, aumentou a insegurança, sobretudo em relação às novas formas de contratação, como o trabalho intermitente.

## **Sindicato vende até terreno para sobreviver**

### **O Estado de S. Paulo - 04/06/2018**

Imóveis para alugar, carros à venda e cortes de pessoal. A rotina dos sindicatos não tem sido fácil nos primeiros meses de reforma trabalhista. Desde o fim do ano passado, o texto, que retirou a obrigatoriedade da contribuição sindical, tem forçado o dirigente a cortar custos e buscar fontes alternativas de receita para sobreviver.

O Estado ouviu alguns dos sindicatos laborais que mais receberam recursos em 2016 e 2017, antes da reforma entrar em vigor. A maioria deles teve de cortar na carne para equilibrar as contas. A dependência do imposto tem cobrado caro e o sentimento é de preocupação. No Sindicato dos Securitários de São Paulo, por exemplo, 80% da receita vem da contribuição, que agora é facultativa.

Os representantes dos químicos de São Paulo não tiveram outra saída além de fechar as quatro subseções. Os imóveis, que são próprios, ficarão sem uso por tempo indeterminado. Eles dizem que ainda tentam redefinir prioridades na atuação do sindicato e que desde a reforma intensificaram a presença na porta das fábricas.

Para economizar, o Sindicato dos Empregados em Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros (Sindeepres) teve de desativar 3 dos 14 andares da sua sede, no centro de São Paulo. Os espaços serão alugados ou vendidos. Eles também estão vendendo um imóvel que era usado para atividades de apoio, em Santos, e um terreno na cidade de Ilha Comprida.

“A reforma trabalhista pegou todo mundo de surpresa. No ano passado, recebemos R\$ 6,7 milhões de contribuição. Este ano, esse valor passou para R\$ 1,2 milhão, poucos trabalhadores contribuíram. Ainda assim, conseguimos chegar a um equilíbrio entre receitas e despesas, mas não é nada fácil”, diz o presidente, Genival Leite.

Antonio Neto, do Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados, diz que a reforma desconsiderou o modelo sindical brasileiro. “Mas nós estamos otimistas que o Supremo Tribunal Federal vai reconhecer a necessidade do financiamento.”

O vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores em telecomunicações (Sintetel-SP), Mauro Britto, reconhece que é preciso se reinventar. “Fizemos uma parceria com escolas técnicas, para que os trabalhadores pudessem estudar por R\$ 145. A condição para participar é ser sócio. Conseguimos 1.600 novos filiados apenas em abril.”

### Reajuste

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) havia estimado, em novembro, que cerca de 100 mil empregados diretos e indiretos que atuam em entidades sindicais seriam afetados pela reforma.

No sindicato dos trabalhadores da construção de São Paulo, os cortes quase extinguiram o setor que prestava serviço médico aos filiados. “Dos 450 funcionários, ficaram 150. O atendimento foi mantido porque fizemos uma parceria com uma entidade do setor, mas quase todos os médicos contratados do sindicato foram demitidos”, diz o presidente do SintraconSP, Antonio de Sousa Ramalho.

“O desafio agora é continuar oferecendo benefícios sem poder aumentar a despesa. Essa matemática virou rotina. Infelizmente, a reforma pegou quase todo mundo desprevenido”, diz ele. O Sintracon-SP também teve de vender uma subsede que ficava em Taboão da Serra, na Grande São Paulo.

O corte no quadro de pessoal não afetou apenas os sindicatos. O próprio Dieese, que até o ano passado tinha uma equipe de 360 pessoas, ficou com 230. E deve operar o ano que vem com a metade do orçamento de 2015 (leia mais nesta página).

“O ajuste não foi pequeno e não descartamos mais cortes. A nossa fonte de financiamento é sindical e de convênios e contratos. Neste momento, em que a crise fiscal dos Estados cria dificuldades, a interrupção de uma parceria nos leva a perder um funcionário que tinha sido treinado por décadas”, diz o diretor técnico, Clemente Ganz Lúcio.



## Que nem o cobre chileno

O Globo - 04/06/2018

### Ancelmo Gois

A proposta de criar um fundo de estabilização dos preços dos derivados do petróleo que absorva eventuais oscilações das cotações internacionais foi sugestão de Henrique Meirelles, antes de deixar o Ministério da Fazenda. O modelo é inspirado na experiência chilena para compensar as variações do valor do cobre.

### Vida que segue

Em Londres, avança a negociação para a venda do braço africano da Petrobras, no qual o BTG Pactual detém 40%. Coisa de uns US\$ 2 bilhões. A Vitol, com sede na Suíça, aparece como favorita no negócio.

### O calote elétrico

A Petrobras está de olho também no processo de privatização das seis distribuidoras de energia elétrica da Eletrobrás, objeto de decreto enviado, sexta, ao Congresso. A venda é importante para equacionar a dívida da “brás” de energia com a “brás” do petróleo de uns R\$ 20 bilhões.

### Eleitora do Bolsonaro

A desembargadora do Rio Marília Castro Neves, que divulgou calúnia contra Marielle, voltou a disparar farpa no Facebook. Num post, ela, que se declara eleitora de Bolsonaro, pede que, caso venha a morrer, ninguém permita que sua morte seja usada pelas Feminazis (uma mistura de feminista com nazista) “como bandeira para sua causa perdida”.

### ‘Izvinítie, pajálsta’

Entre os jogos do Brasil contra Croácia, ontem, em Liverpool, e Áustria, domingo, em Viena, Galvão Bueno vai a Moscou. Quarta, ele testa o estúdio da TV Globo para a Copa.

### Aliás...

O nome do técnico da Áustria é Franco... Foda.

Sem comentários.

### Geração saúde

Angélica e Luciano Huck compraram, ontem, 10% da GreenPeople, de sucos, chás e biscoitos saudáveis, que tem mais de mil pontos de venda no país.

Bianca Laufer, a fundadora, já tinha se juntado a duas famílias tradicionais cariocas: Almeida Braga e Gouvêa Vieira.

Ai, que fome

A carioca Café da Sede BC LTDA foi autorizada, pelo MinC, a captar até R\$ 3.277.417,54, via Lei Rouanet, para desenvolver o projeto Delícias do Brasil. A ideia do festival é falar da história da culinária regional do país.

Sociologia do caminhão

No meio dessa greve, sugeriram ao querido Marcos Vilaça uma nova edição de “Sociologia do caminhão”, de 1969, um estudo sobre as relações do caminhão e do motorista com a sociedade. Mas o autor não quer reeditar:

— Com a morte de Zé de Mãe, um caminhoneiro gordão que fazia entrega de leite em Recife e que foi meu consultor principal, perdeu a graça.

A bunda

Em sua estreia no Coliseu do Porto, sábado, Chico Buarque parou o show para ajeitar a caixinha do ponto de ouvido e pediu ao técnico de som:

— Há algo me machucando na bunda. Rogerinho, por favor, vem aqui e coloca de ladinho — disse Chico, que, depois, brincou pedindo desculpas à plateia por “compartilhar tamanha intimidade”.

O público foi ao delírio.

Fechou por um tempo

O Antiquarius, restaurante chique no Leblon, diz que a casa fechou por causa da greve dos caminhoneiros. Os sócios garantem que vão reabrir as portas quarta.

Aliás, nesses dias de paralisação, aproveitou-se para ajustar o exaustor.

O show de Crivella

Crivella, que já foi cantor gospel, cantará, dia 14, no Centro de Convenções SulAmérica, na Cidade Nova. O show do autor de “Sou Israel”, entre outras músicas, vai arrecadar recursos para a construção do Memorial do Holocausto.

Vergonha

Acredite. Numa partida de handebol feminino entre alunas de UFF e PUC-Rio, ontem, nos Jogos Jurídicos Estudantis, em Petrópolis (RJ), a torcida da universidade católica chamou as atletas adversárias de... macacas.

A partida, que ficou paralisada por alguns minutos por causa do racismo, terminou com a vitória da UFF.

#### Ponto Final

Temer, ao comemorar o fim da greve dos caminhoneiros, diz que foi “iluminado por Deus”. Crivella, ao anunciar a nova tarifa de ônibus de R\$ 3,95, falou “em cronograma sagrado”. É aquela coisa. Quando o bicho pega aqui na Terra, a turma apela para o divino.